



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL BAIANO *CAMPUS* GUANAMBI

JOCELIA PEREIRA DE SOUZA LISBOA

**CARACTERIZAÇÃO DOS PRODUTORES ORGÂNICOS DO TERRITÓRIO DE
IDENTIDADE IRECÊ-BA.**

GUANAMBI
BAHIA – BRASIL
2024



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL BAIANO *CAMPUS* GUANAMBI

JOCELIA PEREIRA DE SOUZA LISBOA

**CARACTERIZAÇÃO DOS PRODUTORES ORGÂNICOS DO TERRITÓRIO DE
IDENTIDADE IRECÊ-BA.**

Dissertação apresentada ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, *Campus* Guanambi, como parte das exigências do Curso de Mestrado Profissional em Produção Vegetal no Semiárido, para obtenção do título de Mestre Profissional.

GUANAMBI
BAHIA – BRASIL
2024

Catálogo: Leidiane Reis - CRB-5/1959
IF Baiano, Campus Guanambi

L769c Lisboa, Jocelia Pereira de Souza

Caracterização dos produtores orgânicos do território de identidade
Irecê-BA / Jocelia Pereira de Souza Lisboa -- Guanambi, Ba., 2024.
56f. : il.

Trabalho de Conclusão de Curso - Dissertação (Mestrado
Profissional em Produção Vegetal no Semiárido) - Instituto Federal de
Educação, Ciência e Tecnologia Baiano - Campus Guanambi.
Orientador (a): Felizarda Viana Bebé

1. Agricultura orgânica. 2. Produção. 3. Desenvolvimento
sustentável. I. Título.

CDU: 631.81



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO

Curso de Mestrado Profissional em Produção Vegetal no Semiárido

TERMO DE APROVAÇÃO NO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

CARACTERIZAÇÃO DOS PRODUTORES ORGÂNICOS DO TERRITÓRIO
DE IDENTIDADE IRECÊ-BA

Por

Jocelia Pereira de Souza Lisboa

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado às 14:30 do dia 20 de dezembro de 2024 como requisito para a conclusão do curso de Mestrado Profissional em Produção Vegetal no Semiárido do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano - *Campus* Guanambi. A candidata foi arguida pela Banca Examinadora, composta pelos professores/pesquisadores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o Trabalho APROVADO.

Banca Examinadora:

Profª. Drª. Felizarda Viana Bebé - Presidente; Profª. Drª. Joice Andrade Bonfim - Titular;
Profª. Drª. Aureluci Alves Aquino - Titular; Prof. Dr. Delfran Batista dos Santos - Titular;
Profª. Drª. Daniele Brito Trindade - Coorientadora.

Documento assinado eletronicamente por:

- **Daniele de Brito Trindade, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO**, em 21/01/2025 11:00:26.
- **Delfran Batista dos Santos, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO**, em 10/01/2025 08:26:59.
- **Joice Andrade Bonfim, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO**, em 09/01/2025 21:30:07.
- **Aureluci Alves de Aquino, DIRETOR(A) - CD3 - GBI-DDE**, em 09/01/2025 09:25:13.
- **Felizarda Viana Bebe, COORDENADOR(A) - FG2 - GBI-COPES**, em 09/01/2025 09:16:07.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 08/01/2025. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifbaiano.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código 649785
Verificador: edf3245d50
Código de
Autenticação:



“Demore o tempo que for para decidir o que você quer da vida, e depois que decidir não recue ante nenhum pretexto, porque o mundo tentará te dissuadir.”
Friedrich Nietzsche

AGRADECIMENTOS

Tudo que preciso agora é agradecer imensamente a minha família pela rede de apoio, sem os quais não me traria até aqui. Aos meus filhos pelo amor, carinho e afetos. Ao meu marido obrigado pelo e auxílio de muitas madrugadas, paciência e cuidado. A Minha Orientadora Dra. Felizarda Bebé, que foi bússola para indicar o melhor caminho e orientar a caminhada. A toda equipe da Cooperativa dos Agricultores e Agricultoras Familiares Raízes do Sertão que colaborou para o desenvolvimento da pesquisa, em especial a coordenadora Paula Silva Ferreira. Aos colaboradores Delfran Batista e Daniele Brito e aos professores pela parceria.

RESUMO

LISBOA, Jocelia Pereira de Souza, M.Sc. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano *Campus* Guanambi, novembro de 2024. **Caracterização dos produtores orgânicos do território de identidade Irecê-BA.** Orientador: DSc. Felizarda Viana Bebé.

O objetivo deste trabalho é avaliar e identificar o perfil socioeconômico dos agricultores orgânicos da região de Irecê - BA, a distribuição espacial, o sistema de avaliação da conformidade orgânica adotado e a produção. A pesquisa é de base documental, qualitativa e quantitativa. Os documentos analisados foram o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para contemplar mais informações, foi aplicado um questionário para os agricultores orgânicos associados e certificados pelo Núcleo Raízes do Sertão que integra a Rede Povos da Mata, na região de Irecê-BA. Os resultados mostram que a variedade de produtos, que não dependem de insumos externos, é diferenciada, atingem novos nichos de mercado e com preços diferenciados. É possível concluir que esse sistema de produção é uma alternativa assertiva para o Território de Identidade de Irecê, pois melhora a qualidade de vida, renda e utilização insumos produzidos na própria propriedade, o que atrai o produtor que busca uma consciência ambiental, tornando a produção menos dependente. Porém, esse sistema necessita de mais atenção em relação ao risco de contaminação, como também de assistência técnica para atender os aspectos de manejo e revitalização do solo e da biodiversidade. Para atender essas necessidades, é preciso adotar planejamento e políticas públicas efetivas, que promovam desenvolvimento rural como um todo (ambiental, social e econômico).

Palavras-chaves: agricultura orgânica, desenvolvimento sustentável, panorama socioeconômico.

ABSTRACT

LISBOA, Jocelia Pereira de Souza, M.Sc. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano *Campus* Guanambi, dezembro de 2024. **Characterization of organic producers in the Irecê-BA identity territory.** Adviser: DSc. Felizarda Viana Bebê.

The objective of this study is to evaluate and identify the socioeconomic profile of organic farmers in the region of Irecê - BA, their spatial distribution, the organic conformity assessment system adopted and their production. The research is based on documents, both qualitative and quantitative. The documents analyzed were the National Registry of Organic Producers (CNPO) and the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE). To obtain more information, a questionnaire was applied to organic farmers associated with and certified by the Núcleo Raízes do Sertão, which is part of the Rede Povos da Mata, in the region of Irecê - BA. The results show that the variety of products, which do not depend on external inputs, is differentiated, reaching new market niches and with differentiated prices. It is possible to conclude that this production system is an assertive alternative for the Irecê TI, as it improves the quality of life, income and use of inputs produced on the property itself, which attracts producers who seek environmental awareness, making production less dependent. However, this system requires more attention in relation to the risk of contamination, as well as technical assistance to address the aspects of soil management and revitalization and biodiversity. To meet these needs, it is necessary to adopt effective planning and public policies that promote rural development as a whole (environmental, social and economic).

Keywords: organic agriculture, sustainable development, socioeconomic panorama.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Composição municipal do TI Irecê

Figura 02 – Número de unidades de produção de orgânicos registrados no Mapa.

Figura 03 – Porcentual por sexo dos produtores de orgânico do TI Irecê. 2024.

Figura 04 – Nível de escolaridade dos produtores orgânicos do TI Irecê

Figura 05 – Número de filhos/as dos produtores orgânicos do TI Irecê

Figura 06 – Auto identidade dos produtores orgânicos do TI Irecê

Figura 07 – Renda mensal dos produtores orgânicos do TI Irecê (salário mínimo)

Figura 08 – Tipo de mão-de-obra empregada nas propriedades dos produtores orgânicos do TI Irecê

Figura 09 – Vínculo do Produtor com o Imóvel do TI Irecê

Figura 10 – Modelo desenvolvido nas propriedades dos produtores orgânicos do TI Irecê

Figura 11 – As principais fontes de água utilizada pelos agricultores do TI Irecê

Figura 12 – A participação nas organizações coletivas/entidades de classe dos produtores do TI Irecê

LISTA DE TABELA E QUADROS

Tabela 1 – Produtos vegetais produzidos para o mercado orgânico do TI Irecê

Quadro 1 – Movimentos Agroecológicos

Quadro 2 – Instruções normativas e suas definições

Quadro 3 – Produtos produzidos pelos produtores do TI Irecê

Quadro 4 – As práticas recomendadas para promover a biodiversidade nas propriedades

LISTA DE SIGLAS

CNPO – Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GPA – Grupo Pão de Açúcar
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEC – Instituto de Defesa de Consumidores
IFOAM – Federação Internacional dos Movimentos de Agricultura Orgânica
IN – Instrução normativas
MAPA – Ministério da Agricultura e Pecuária
MAPASAN – Mapeamento de Segurança Alimentar e Nutricional
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
OCS – Organismo de Controle Social
OPAC – Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PLANAPO – Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAPO – Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PRONARA – Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos
SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática
SNA – Sociedade Nacional de Agricultura
SPG – Sistema Participativo de Garantia
TI – Território de Identidade

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
2. REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1 Aspectos normativos para produção orgânica no Brasil	19
2.2 Produção e comercialização de produtos orgânicos no Brasil	21
3. MATERIAL E MÉTODO	31
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES	34
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS	54
APÊNDICE	58

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, tem havido uma crescente procura por consumir produtos mais saudáveis. A expansão da produção orgânica tem sido cada vez maior, isso por conta da demanda e de consumidores cada vez mais exigentes, o que incentiva empresas e organizações a garantir e certificar da qualidade dos alimentos, como a padronização dessas práticas.

Esse sistema tem como princípio não empregar pesticidas e insumos agroquímicos para o controle e tratamento dos insetos e ervas espontâneas que vem a atacar a planta, substituindo-os por produtos alternativos e naturais. O sistema consiste em ter uma planta sadia e resistente, que possa desenvolver em um ambiente e solo equilibrado, com cultivos adaptados às condições locais. Além de preservar a biodiversidade, assegura a soberania alimentar, pois não depende de sementes modificadas, valoriza os saberes locais e as sementes crioulas e não depende de insumos externos, portanto, para ter a valorização que esse sistema sustentável foi preciso elaborar leis e normas que os assegurasse, e também adotar mecanismos de controle para certificar e provar a veracidade desses produtos, através de selos.

Apesar da existência de um avanço significativo, ao compararmos a área de cultivo e número de produtores orgânicos à da agricultura convencional, notamos o quanto esse sistema de produção precisa melhorar. Diante disso, um dos fatores que mais contribui para esse avanço são as políticas públicas e de desenvolvimento, visto que viabilizam empréstimos e financiamentos, assessoria técnica e acesso aos mercados, pois as mesmas fomentam leis e órgãos que reconhecem e legalizam as diversas formas de produção, monitoramento e comercialização dos produtos orgânicos.

Portanto, para que haja a elaboração e implementação de políticas e ações que sejam, de fato efetivas, é necessário que se conheça a autenticidade da agricultura orgânica, o perfil dos agricultores e o local onde estão atuando. Dessa forma, estudos como este projetam análises que tendem a fornecer informações, que subsidia políticas públicas mais assertivas e dados que auxiliaram no planejamento e nas práticas, reduzindo os impactos socioeconômicos na produção primária, com foco no desenvolvimento do setor, tanto na esfera local quanto global.

2. REVISÃO DE LITERATURA

Após a Segunda Guerra Mundial, surgiu a agricultura moderna, fruto das tecnologias utilizadas na guerra, que posteriormente foram aderidos aos meios agrícolas para elevar os meios de produção. Em 1970 começaram os questionamentos sobre as consequências dos produtos químicos agressivos ao meio ambiente, visto que o uso de pesticidas, herbicidas, adubos químicos e tantos outros cresceram significativamente tornando, a agricultura cada vez mais dependente da indústria química (Penteado, 2010).

Nesse período pós guerra, ainda existia a preocupação com a fome, visto que muitos países estavam com dificuldade de fornecimento de alimentos. Mas o fato é que agricultura moderna, mesmo com tantos incrementos tecnológicos, não conseguia fornecer maior quantidade e qualidade de alimentos, assim a agricultura convencional não atingiu o objetivo e intensificou os problemas ambientais.

Mattei e Michellon (2021) relatam que foi nesse contexto que se intensificaram os movimentos em prol de uma agricultura alternativa, assim, vem ganhando destaque o que hoje é a agricultura orgânica; essa terminologia faz inferência as formas de agriculturas não industriais, dessa forma, a nomenclatura orgânica foi adotada pelas normas internacionais, assim, surge a agroecologia como ciência.

Penteado (2010) afirma que a agricultura orgânica está baseada em um princípio ecológico, onde o manejo da terra é baseado na preservação do meio ambiente, além de ser um sistema que abrange o manejo adequado dos recursos naturais, a nutrição vegetal e a valorização dos recursos humanos. Assim além de beneficiar o meio ambiente, promove uma relação equilibrada e justa entre o homem e a natureza, proporcionando maior qualidade de vida a todos os envolvidos.

Segundo Azevedo (2018), a agricultura orgânica tem por objetivo promover uma vida com mais qualidade, além de manter os valores sociais, preservando a natureza e reinserindo-a ao meio rural e nas atividades agrícolas, porque o sistema orgânico visa a preservação da vida e da natureza.

A agricultura orgânica abriga diversos métodos e processos, que no final, adotam os mesmos princípios, ecológicos, assim, foi se ampliando pelo mundo, sendo que na Europa e Estados Unidos, ficou conhecida como agricultura biológica ou alternativa, e no Brasil como

agricultura orgânica assim, foram surgindo, em um mesmo período, entre 1920 a 1970, em várias partes do mundo, foram surgindo movimentos menores, mas com o mesmo princípio agroecológico. Nessa perspectiva, o quadro 1 simplifica os principais movimentos agroecológicos, segundo Penteado (2010).

Quadro 1- Movimentos Agroecológicos

Movimentos	Descrição
Agricultura Orgânica	Surgiu com o pesquisador inglês Sir Albert Howard, em uma Estação Experimental Agrícola na Índia, entre 1920-1940.
Agricultura Biodinâmica	Surgiu a partir das conferências do filósofo austríaco Rudolf Steiner, na Alemanha, em 1924.
Agricultura Natural	Surgiu com Mokiti Okada, no Japão no período de 1882 a 1955.
Agricultura Biológica	Surgiu com o biólogo Dr. Hans Muller, na Suíça, em 1930.
Permacultura	Surgiu com os australianos David Holmgren e Bill Mollison, na Austrália, em 1970.
Agricultura Agroflorestal (SAF)	Surgiu com Ernest Gotsh, no Brasil, em 1984.

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados de Penteado (2010).

Alves et al. (2012) aponta que, por volta de 1972, com a criação da IFOAM, a institucionalização da agricultura orgânica começou a ocorrer no mundo, mesmo sendo normas privadas, teve grande aceitação, visto que essa era a primeira organização que abrigava um grande número de certificadoras, processadores, distribuidores e pesquisadores, que serviram de base para o trabalho de certificação de inúmeras entidades certificadoras em todo o mundo, juntamente com a criação das primeiras normas em 1978, que serviram de base para a comercialização de produtos orgânicos até 1991, onde foi publicado o primeiro documento normativo deste setor no âmbito do comércio internacional.

Mattei e Michellon (2021) afirmam que, a partir da década de 90, a venda de produtos orgânicos cresceu em feiras, e no final dessa década, esse tipo de produto passou a ser comercializado em supermercados. Mesmo assim, nos anos 2000, a quantidade de produtos orgânicos ainda representava um percentual menor do comércio total de alimentos. No entanto, nos dias atuais, houve maior regulamentação para esse setor, resultado da demanda dos

consumidores e do interesse dos produtores em expandir seus mercados, dessa forma, a tendência é de um mercado promissor e em expansão.

De acordo com Campanhola e Valarini (2001), para compreender a produção e o mercado de orgânicos nacionais e internacionais, é relevante entender quais fatores impulsionaram a demanda desses produtos. Dentre eles, pode se considerar: a preocupação dos consumidores com a saúde e o intenso consumo de produtos com agrotóxicos, os movimentos ambientalistas organizados atuando na certificação e comercialização desses produtos, como também a organização de movimentos contrários à agricultura verde, dentre outros.

Nessa perspectiva, a agricultura orgânica vem se tornando uma opção viável no mercado, principalmente para o pequeno agricultor, que não consegue competir diretamente com preços e escala de produção das commodities agrícolas tradicionais, assim, a produção orgânica é a alternativa mais viável para o pequeno agricultor, pois tem maior empregabilidade de mão de obra e uma produção menor, mas com desempenho econômico sempre melhor, com menos custos e maiores custos-benefícios, visto que os produtos orgânicos possuem preços acima dos produtos convencionais.

Além disso, os orgânicos constituem um nicho de mercado e, portanto, atendem a um público mais restrito e seleto, dispostos a pagar um preço maior por esses produtos. Além da diversidade de produtos e a diminuição da sazonalidade, o que permite a esses produtores uma estabilidade de renda durante o ano.

Embora a agricultura orgânica apresente grandes vantagens, ainda existem alguns desafios que os produtores precisam enfrentar, tais como: a concentração fundiária, a predominância da monocultura, dificuldades na conversão e padronização dos critérios de certificação, a limitação no investimento em pesquisas, na difusão e conservação das sementes crioulas, desvalorização dos conhecimentos e experiências dos agricultores, entre outros. Além disso, considera-se que a falta de dados oficiais sistemático sobre o setor é um dos principais entraves, pois sem informações oficiais não podem ser adotadas estratégias específicas e dimensionar investimentos necessários para cada região, incluindo o acesso de crédito bancário, custo de certificação, entre outros (Lima et al. 2020).

O setor tem crescido progressivamente, principalmente em países pioneiros, nos movimentos agroecológicos, como apresenta Mattei e Michellon (2021, p.6):

No ano de 2006, os países com o maior número de unidades de produção orgânica certificadas eram México (12 mil unidades), Indonésia (45 mil unidades), Itália (36 mil unidades), Filipinas (35 mil unidades) e Uganda (34 mil unidades). As maiores áreas com culturas encontravam-se na Europa, seguida dos Estados Unidos. O Brasil tinha cerca de 19 mil unidades controladas que afirmavam seguir as práticas da agricultura orgânica, envolvendo pequenas e grandes unidades de produção e processamento. Em 2016, segundo a IFOAM (Federação Internacional dos Movimentos de Agricultura Orgânica, 2018b), 178 países do mundo tinham atividade de agricultura orgânica, sendo 87 com regulamentações. Havia, no mundo, cerca de 57,8 milhões de hectares com agricultura orgânica e os países que mais possuíam essas terras eram Austrália, Argentina e China. Além disso, em 2016, os países com maior número de unidades produtoras eram Índia (835 mil unidades), Uganda (210.352 unidades) e México (210 mil unidades).

Em 2019, os números tem aumentado assim, conforme os dados da IFOAM (Federação Internacional dos Movimentos de Agricultura Orgânica, 2021), 187 países do mundo aderiram atividade agrícola orgânica. Nesse período, havia cerca de 72,3 milhões de hectares com agricultura orgânica, o número de países com maior número de unidades produtoras eram Índia (1.366.226 mil unidades), Uganda (210.353 unidades) e Etiópia (203.602 mil unidades).

Desse modo, é possível descrever uma agricultura que surgiu na década de 40, que ganhou destaque por se opor à agricultura moderna, e por estar intrinsecamente associada à saúde e à produção de alimentos, com menos impactos sociais e ambientais. Assim, a regulamentação e normatização foram essenciais para a produção e comercialização dos produtos orgânicos no mercado interno e em escala global, sendo uma prática de agricultura cada vez mais difundida em todo o mundo.

2.1 Aspectos normativos para a produção orgânica no Brasil

O sistema orgânico tem como princípio não empregar pesticidas e insumos agroquímicos para o controle e tratamento dos insetos e ervas espontâneas que podem atacar a planta, substituindo-os por produtos alternativos e naturais. O sistema consiste em ter uma planta sadia e resistente, que possa se desenvolver em um ambiente e solo equilibrado com cultivos adaptados às condições locais.

Em comum acordo com legislação brasileira, o produto orgânico deve ter origem em um sistema orgânico de produção agropecuária ou de processo extrativista sustentável que não apresente riscos ou prejuízos para o ecossistema ao qual está inserido.

O movimento orgânico está presente no Brasil desde a década de 70 e passou a ter maior visibilidade a partir da ECO-92, mas as formas de produção eram desordenadas e sem critérios técnicos de manejos (Santos; Silva, 2024). Então, algumas regulamentações começaram a surgir, mas o país só teve um marco legal efetivo com a Lei nº 10.831 de 23 dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências, como produção, certificação, comercialização, visto que, para a lei, os produtos devem ter rastreabilidade, os locais de produção ou processamentos devem ser assegurados.

Em 2007, foi criado o decreto nº 6.323, que, além de regulamentar a Lei nº 10.831 de 23 dezembro de 2003, apresenta questões mais detalhadas sobre as diretrizes da agricultura orgânica, relações de trabalho, produção, período de conversão, produção paralela, estabelecimento de normas técnicas e boas práticas; comercialização, mercado interno, exportação, importação; informações da qualidade, rotulagem, identificação na venda direta, publicidade e propaganda; insumos; mecanismos de controle; organismos de avaliação da conformidade orgânica, Fiscalização, documentos de inspeção, proibições e penalidades administrativas (Brasil, 2007).

Além da Lei e do Decreto que normatizam os Sistemas Orgânicos de Produção Agropecuária, há ainda um conjunto de Instruções Normativas (IN) e Portarias do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) que tratam de temas específicos, conforme se verifica no Quadro 2 (Instruções normativas e suas definições) buscando orientar os produtores, técnicos e pesquisadores.

Quadro 2 – Instruções normativas e suas definições.

Instrução normativas nº 54/2008	Define a implementação e atribuições das comissões da produção orgânica, integrando os agentes nacionais, estaduais, públicos e privados. Promovendo o planejamento e gestão democrática das políticas públicas.
Instrução normativas nº 46/2011	Define a regulamentação técnica de produção animal e vegetal, no qual todos e quaisquer produtor que comercializa produtos orgânicos devem manter as informações sobre o manejo e a organização interna atualizados.
Instrução normativas nº 17/2009	Define normas técnicas de manejo e produção de produtos extraídos ou coletados em ecossistemas nativos ou modificados de forma sustentável e orgânica.
Instrução normativas nº 18/2009	Define a obrigatoriedade de boas práticas no manejo, processamento, armazenamento e transporte de produtos orgânicos.
Instrução normativas nº 19/2009	Define avaliações de conformidade, detalha a criação e funcionamento dos mecanismos de controle, da qualidade, da produção, isso se aplica também aos que fazem o transporte, armazenagem e comercialização dos produtos orgânicos.
Instrução normativas nº 50/2009	Define que o Selo único oficial do Sistema Brasileiro de Avaliação da conformidade orgânica (SISORG), só podem ser utilizados por unidades de produção por organismos que estejam credenciados no MAPA.
Instrução normativas nº 52/2021	Estabelece o Regulamento Técnico para os Sistemas Orgânicos de Produção e as listas de substâncias e práticas autorizadas. Como também as normas para produção de sementes, mudas e cogumelos comestíveis. Há ainda mudanças nas regras para produção animal, incluindo alterações para a produção de abelhas.

Fonte: Adaptado, Senar, 2022.

No período de 2000 a 2009, pode-se observar que houve um número significativo de interações normativas, em torno da produção orgânica. Esse feito se deve à atual governo que estava vigente na época, responsável, também, por criar políticas de incentivo ao consumo de produtos orgânicos, além de estimular a permanência dos agricultores e familiares no campo.

Ainda nesse contexto, almejando o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, como também a segurança alimentar e o consumo de alimentos saudáveis, o governo federal desenvolveu, através do decreto nº 7.794 de 20 de agosto de 2012, o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), com o objetivo de integrar, articular e adequar políticas e ações, permitindo que os beneficiários adotem suas práticas e saberes assegurados,

além de proporcionar o avanço e a transição agroecológica, a promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional, com a oferta e consumo de alimentos saudáveis. (Brasil,2012). Este foi um decreto fundamental nas ações de conservação e valorização da agrobiodiversidade, contribuindo assim para o desenvolvimento rural sustentável.

No entanto, a partir de 2016, observou-se o fechamento do Ministério do Desenvolvimento Agrário, período em que as políticas públicas de apoio a agricultura orgânica passaram por um infortúnio, com os cortes orçamentários, a redução de recursos para aquisição de alimentos por meio de programas como o PAA e PNAE (Hybner; Alves, 2024).

Além desses desafios, destaca-se o cenário agrário brasileiro, onde o modelo de agricultura empresarial, denominado agronegócio, vem crescendo e se tornando prioridade para agenda econômica e na política agrícola interna, o que dificultou ainda mais a produção agrícola orgânica, no período de 2018 a 2022, sendo que, em 2019, com a pandemia de COVID-19, e os interesses cruzados do governo federal, a PNAPO foi praticamente desativada, com a extinção da comissão e da câmara de agroecologia e produção orgânica. Dentro desta política, estava a prévia da implementação do Programa de Nacional de Redução de Agrotóxico (PRONARA), com objetivo de restringir o uso, produção e comercialização de agrotóxicos, com intuito de apoiar a transição para produção orgânica e de base agroecológica.

Após tantas controvérsias, em 2023, as discussões em torno da restauração dos programas e políticas públicas, projetos e ações que promovem a transição e produção orgânica foram retomadas, pois o governo federal publicou decreto que retorna, com uma pasta, que abrange sete eixos: produção, uso de conservação da agrobiodiversidade e da natureza, construção do conhecimento e da comunicação, comercialização e do consumo, terra e território, sociobiodiversidade, inovação, saúde e cuidados com a vida (MDA, 2024).

O propósito dos eixos é de ampliar e fortalecer o consumo e a comercialização de produtos orgânicos, além de garantir a existência das normas técnicas, que são responsáveis pela padronização e produção orgânica em todas as fases, dando instrumentos as certificadoras para acompanhar, inspecionar e padronizar o cultivo nas propriedades rurais.

2.2 Produção e comercialização de produtos orgânicos no Brasil

No Brasil, a agricultura orgânica é um seguimento que está em plena expansão, teve início na década de 70, mas só houve arcabouço legal depois da Lei nº10.831/2003, que se constitui como eixo regulatório e orientador dos diferentes tipos de sistemas alternativos. Com a legislação e institucionalização de políticas públicas embasadas nesta Lei, o país passa a ser reconhecido internacionalmente pelo seu avanço em produção e comercialização orgânica (Lima et al, 2020).

Mas o problema central que permeia no desenvolvimento de uma agricultura social e sustentável, está no atual cenário agrário brasileiro, no qual o modelo da agricultura empresarial, denominada convencional, baseada em grandes propriedades que incentiva a monocultura e a pobreza da biodiversidade, reduz a qualidade dos alimentos com uso excessivo de insumos químicos, agrotóxicos, sementes geneticamente modificadas, além de degradar o solo com mecanização pesada, que já está enraizado no modelo de desenvolvimento macroeconômico brasileiro e nas políticas agrícolas internas.

É nesse cenário assimétrico que se fixam os desafios que prejudicam o aumento e o fortalecimento da produção e do consumo de produtos orgânicos no Brasil. Uma das principais limitações se referem a falta de dados oficiais sistemáticos e precisos sobre a produção e consumo de orgânicos no país, o que impede a elaboração linear e histórica do desenvolvimento da produção e da comercialização (IPEA, 2013)

De acordo com Sylvia Wachsner, A diretora técnica da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) e coordenadora do Centro de Inteligência em Orgânicos (CI Orgânicos), “a produção orgânica, no Brasil, tem crescido nos últimos anos, porém não há como precisar o quanto e nem as culturas que se destacam ou mesmo as regiões que mais exportam.” O fato é que as limitações de dados impacta, diretamente, no setor de pesquisa e principalmente nos investimentos, visto que o poder público não consegue mensurar o resultado dos subsídios direcionados a esse segmento (SNA, 2024).

No Brasil, existem bases e pesquisas realizadas por órgãos oficiais e representantes do setor. Entretanto, existem divergências significativas nos dados obtidos, quando equiparados, observa-se a falta de precisão dessas informações. Uma dessas fontes é o sistema IBGE de Recuperação Automática (Sidra), que por meio do Censo Agropecuário, que investiga informações sobre os estabelecimentos agropecuários e as atividades agropecuárias neles

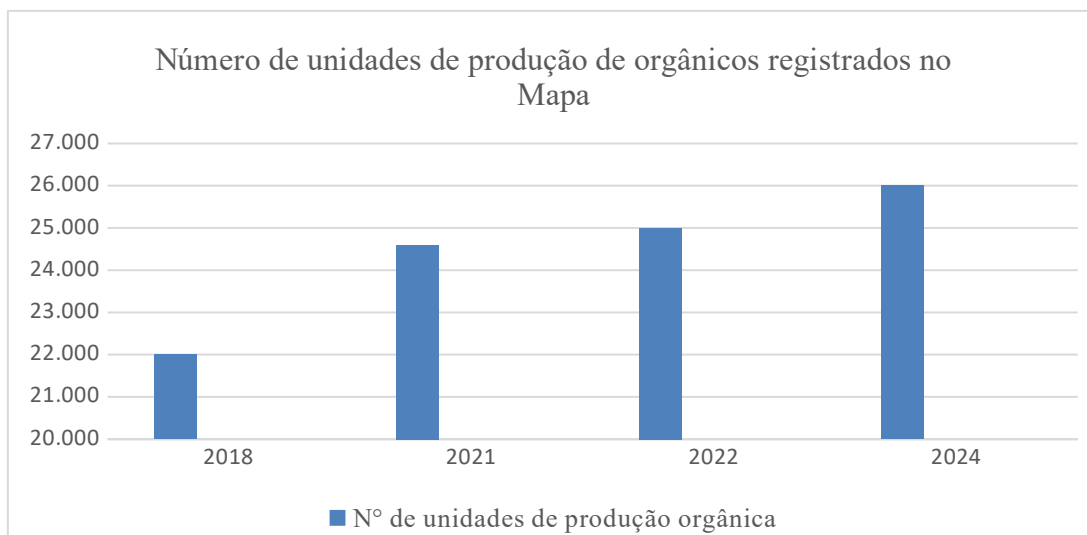
desenvolvidas, além das características do produtor e das características dessas unidades produtivas (IBGE,2017).

Os resultados do Censo Agropecuário de 2017, apontam a existência de 64.690 unidades produtivas dedicadas ao sistema agropecuário orgânico, no qual 36.689 estabelecimentos possuem produção vegetal, 17.612 dedicavam a produção animal e 10.389 estabelecimento abrangiam produção vegetal e animal origem/processo orgânico. Enquanto o Censo Agropecuário, de 2006, registrou 90.048 estabelecimentos agropecuários orgânicos, sendo 5.106 dos estabelecimentos foram declarados pelos responsáveis como credenciados, enquanto 85.392 estabelecimentos faziam uso da agricultura orgânica, mas não possuíam credenciamento (certificado) (IBGE,2006).

Os dados apresentados, mostram uma abrupta diferença e isso se deve às mudanças nos questionários aplicados nos dois Censos Agropecuário, sendo que de acordo com informações em nota do Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA, em 2006 foi utilizado, como base dos questionários a metodologia definida pelo MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) (IBGE,2014). Enquanto no Censo Agropecuário, de 2017, foram levados em consideração a prática ou não de agricultura ou pecuária orgânica, e foi questionada apenas a estabelecimentos que declararam não utilizar agrotóxicos ou adubos químicos no período de referência. (IBGE,2020). A partir desses detalhes e ao analisar as variáveis do último censo, é notável uma redução do número de perguntas e de metodologias aplicadas no roteiro, o que impede a comparação confiável entre os dois resultados.

Outra fonte oficial de relevância é o Mapa, com dados oficiais do Cadastro Nacional de Produtos Orgânico (CNPO), que consiste no registro das unidades de produção orgânica do Brasil, apresenta a lista de organismo de controle e certificação de produtos para comercialização, além disso o cadastro registra as unidades orgânicas por município e unidade de federação, pessoa física e jurídica, número de inscrição e produtos que são atualizados mensalmente. A partir dessa fonte, registraram até 2024 mais 26 mil unidades de produção orgânica (MAPA, 2024).

Figura 02: Número de unidades de produção de orgânicos registrados no Mapa.



Fonte: Elaborado por LISBOA, Jocelia Pereira de Souza, a partir dos dados de Brasil, 2018; 2021; 2022; 2024.

Embora a figura 02 possibilite a visualização o crescimento sistemático dos cadastros das unidades de orgânicos no país, as informações sobre os produtos orgânicos do cadastro do MAPA ainda estão incompletas. No registro do CNPO, não são informados, por exemplo, os dados sobre o volume de produção, comercialização e área plantada. “É importante destacar que a ausência detalhada de tais informações prejudica o planejamento, os investimentos e as pesquisas, tanto público quanto privado, o que compromete o desenvolvimento e a avaliação desse setor em plena ascensão no mundo” (Lima et al, 2020).

Os dados oficiais em relação à área agrícola e a comercialização ainda não estão consolidados, mas o Fibl Statistic, em colaboração com a IFOAM Organics Europe and International, apresentam estatísticas baseados nos cruzamentos de dados das certificadoras de orgânicos, dos especialistas da área e do MAPA. Dessa forma, calcula-se que a área agrícola utilizada pelos agricultores para produção orgânica no Brasil, em 2024, ultrapassa 1,42 milhões de hectares, com mais de 24 mil produtores. Em 2017, a área ocupada com a produção de orgânico era de 1,13 milhões de hectares, apesar de ter ocorrido um aumento de 26%, é um valor baixo comparado aos países membros, que possuem área menor, mais com produção mais significativa. (Willer; Lernoud, 2017a, 2024b)

Sobre a área orgânica no Brasil, de acordo Willer e Lernoud (2019), existem aquelas destinadas á apicultura, ao extrativismo, considerados orgânicos, mas não há informações

disponíveis sobre o volume de produção e nem das atividades não agrícolas, como aquicultura orgânica. Nos últimos dez anos, a produção apícola movimentou 360 milhões de dólares, e um aumento de 4,5% de apicultores; os dados são da Confederação Brasileira de Apicultura, sendo que esse é um mercado promissor para a exportação, com tendência de crescimento, por ter o mel e cera de alta qualidade, variedade, puro e livre de resíduos (CI Orgânicos, 2017).

Como qualquer outro mercado, os produtos orgânicos passam por oscilação, apesar do seu diferencial comparado as commodities, no momento de exportar, portanto em 2018, foi criado um acordo que tivesse reconhecimento mutuo de produtos orgânicos certificados na América Latina, como afirma Lima et al, 2020, p.30-31:

Para facilitar esse processo de exportação da produção orgânica, foi firmado, em setembro de 2018, um acordo de equivalência, entre Brasil e Chile. Esse é o primeiro acordo de reconhecimento mútuo de certificação de produtos orgânicos na América Latina. Os produtos envolvidos inicialmente nesse tratado comercial ainda serão definidos pelas autoridades sanitárias, assim como os selos oficiais e os rótulos comuns, que serão estabelecidos para comprovar a autenticidade dos produtos. Dessa forma, o objetivo é aumentar as exportações e possibilitar que pequenos produtores também possam participar dessas transações comerciais devido às reduções dos custos com a dispensa da contratação de empresa certificadora, uma vez que as normativas chilenas reconhecem, assim como as brasileiras, a certificação dos produtos orgânicos por meio do Sistema Participativo de Garantia (SPG), no mesmo patamar que a certificação feita por auditoria (certificação privada). (LIMA et al, 2020, p.30-31).

Além de mercado externo favorável, para os produtos orgânicos, no Brasil, esse consumo tem apresentado nos últimos anos um crescimento notável, principalmente pela classe média, refletindo uma mudança profunda nos hábitos alimentares e consciência dos consumidores. As principais escolhas dos consumidores são verduras, legumes, frutas e cereais. Segundo Willer e Lernoud (2024), as vendas no varejo internacional registrou € 778 milhões e as exportações de produtos orgânicos alcançam € 172,377 milhões em 2022. Já o panorama de faturamento do setor alimentício orgânico, em 2022, pelo Conselho Nacional da Produção Orgânica e Sustentável (Organis), foi de R\$ 6,9 bilhões, com um crescimento aproximado de 73%, registrada desde 2018.

Apesar do Brasil não está entre os pais com maiores vendas de orgânicos nacionais e internacionais. No Brasil os produtos orgânicos brasileiros vêm atraindo grandes corporações multinacionais e esse é um nicho que atrai as multinacionais, por ser um mercado com

crescimento acelerado, além da demanda dos consumidores por alimentos saudáveis e de qualidade, diferenciados e com preços mais elevados e, por isso, altamente rentável (CI Orgânico, 2019).

Nessa conjuntura, podemos destacar a Unilever, uma das maiores empresas de bens de consumo do mundo, comprou em 2017 a Mãe Terra, que produz alimentos naturais e orgânicos, considerada a terceira maior empresa brasileira do segmento, com um faturamento anual de R\$ 481,8 milhões. (CI Orgânico, 2019). Outro destaque é o investimento da Nestlé na produção de alimentos orgânicos, com início da comercialização de aveia orgânica, em 2018, além de ser a maior compradora de café brasileiro certificado, desde de 2019, e a previsão de produção total do cacau orgânico, em 2025. Em 2024, a Nestle em parceria com SENAI, 6,25 milhões na agricultura regenerativa com foco nas cadeias produtivas de cacau, leite e café, de modo a aumentar a produtividade, sem prejudicar o meio ambiente (SENAI,2024; CNN BRASIL, 2023).

O setor varejista vem seguindo essa tendência e as grandes redes internacionais de supermercado, como o Grupo Pão de Açúcar (GPA) e Carrefour, atribuem atenção especial ao seguimento. O GPA investiu em uma marca própria, com preços mais acessíveis, além da criação de seções nas unidades para a venda de orgânicos. (CI Orgânico, 2018) A Carrefour, também investiu em sua marca própria “Carrefour Bio”, com mais de 100 opções de cereais, frutas, legumes e verduras com o selo SisOrg (CI Orgânico, 2021). Apesar dos supermercados convencionais constituem o principal canal de comercialização do país, existem outros canais de distribuição de produtos orgânicos no Brasil, como as feiras livres, restaurantes, lojas especializadas, entre outros que sobressaem na venda direta (Mariano et al, 2023). Esses canais contribuem para a democratização de alimentos orgânicos, consequência de os principais motivos que impedem o consumo desses produtos são o preço alto e a distância dos canais de comercialização das residências (Idec, 2012).

Desse modo, as feiras se tornaram canais, sem atravessadores, capazes de possibilitar o vínculo direto entre produtores e consumidores, a valorização e comercialização em circuitos curtos, sua expansão permite acessibilidade da população a alimentos frescos e de qualidade, além de promover praticas atreladas a construção de redes coletivas, que facilitam a distribuição e o consumo desses alimentos (IBARRA et al, 2023).

De acordo com Idec, o Brasil possui 899 feiras ou iniciativas, no qual ocorre a venda de produtos orgânicos (Idec,2024). Enquanto no Mapeamento de Segurança Alimentar e Nutricional (MapaSan) realizada em 2022, apresenta 1.235 municípios, onde há um total de 5.059 feiras livres que comercializam produtos orgânicos ou de base agroecológica, esses dados demonstram a crescente relevância das feiras orgânicas e agroecológicas e a busca por alimentos saudáveis e sustentável por parte dos brasileiros (MapaSan, 2022).

Entre outros canais de vendas diretas, os mecanismos institucionais como o Programa de Aquisição de Alimento (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), permite a venda sem certificação desde que o agricultor atenda aos requisitos para esse tipo de comercialização, que além de geração de serviço, alimentação saudável e sustentável, cria a oportunidade para os pequenos produtores (Sambuichi et al. 2023).

Em 2003, foi criado o PAA, como uma ação estruturante do programa fome zero, cujo principal objetivo era apoiar a comercialização de produtos dos agricultores e as organizações, com intuito de distribuir e garantir a segurança alimentar e nutricional dos segmentos vulneráveis da população como restaurantes comunitários, cozinhas comunitárias, rede pública de ensino e saúde (Sambuichi et al. 2023).

Desde de 2010, os produtos de origem orgânica ou agroecológica, conforme a Lei nº 10.831/2003, tem os seus preços avaliados e fixados por meio de pesquisa de mercado, local ou regional, no qual o preço dos produtos orgânicos certificados pode ser até 30% maiores do que os produtos convencionais (Lopes; Fornazier, 2015).

Em 2016, foi estabelecido pelo PLANAPO, como meta para o PAA, que até 2019, que pelo menos 5% dos recursos aplicados anualmente pelo programa fossem repassados para a compra de produtos orgânicos ou agroecológicos (Lima et al, 2020). Nesse período, 2012 a 2019 foram adquiridas 19,6 mil toneladas de produtos orgânicos pelo programa, perfazendo um total de R\$ 66,7 milhões. Esse processo teve como consequência a formalização de muitos agricultores, que ainda não possuíam a certificação.

Por sua vez, o PNAE existe como política pública desde 1950, apesar das várias mudanças institucionais realizadas ao longo do período, esse é o maior programa de alimentação escolar, sendo o terceiro em número de alunos atendidos, atrás da Índia e China. (Lopes;

Fornazier, 2015). Atualmente, o PNAE atende mais de 45 milhões de estudantes, oferecendo 50 milhões de refeições por dia em escolas da rede pública de todo o país. Em 2009, foi determinado pela Lei nº 11.947, que no mínimo 30% do valor repassado a estados, municípios e distrito federal pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) destinado a compra de gênero alimentício provenientes da agricultura familiar. Assim como o PAA, o programa também atende e prioriza a aquisição de alimentos orgânicos/agroecológicos, com um valor adicional de 30% em relação aos produtos convencionais (Lopes ; Fornazier, 2015; Senar, 2021; Mec, 2024).

Em 2022, a proporção média de aquisição de produtos da agricultura familiar pelo PNAE estava em 45,15%, com cerca de 5.570 municípios brasileiros, superando a cota de destinação, que é de 30% dos recursos de merenda escolar à compra de produtos da agricultura familiar. Em 2020 volume de recurso investidos na compra de produtos da agricultura familiar foi de 16,70%, representando a metade do total do que deveria ser destinado ao programa (Brasil, 2024).

Os programas de aquisição e consumo de alimentos da agricultura familiar e orgânico/agroecológico colaboraram com a autonomia social e econômica dos agricultores e comunidades tradicionais, incentivando o consumo e a valorização dos alimentos locais e regionais, dos conhecimentos tradicionais, além de promover o acesso a alimentação de qualidade e diversificada para fornecer a segurança alimentar e nutricional da população.

Assim, para atender a todos os requisitos dos programas de aquisição e da comercialização dos produtos orgânicos em outros canais, foi necessário estabelecer padrão e normas para que pudesse ser comercializado em maior escala. A partir desse pressuposto a normatização do mercado veio com a Lei nº10.831/2003, com a regulamentação a partir do Decreto nº6.323/2007, no qual o produtor deve se inscrever no CNPO do MAPA, para que os seus produtos orgânicos sejam certificados para a comercialização por organismo reconhecidos oficialmente e tenham o selo SisOrg. Portanto, a certificação pode ocorrer por meio de mecanismos:

I – Certificação por auditoria;

II – Sistema Participativo de Garantia (SPG);

III – Organização de Controle Social (OCS) na venda direta por agricultores familiares.

O primeiro mecanismo segue critérios internacionais de produção orgânica e a certificação pode ocorrer por meio de uma certificadora pública ou privada, desde que esteja registrada junto ao MAPA. Atualmente no Brasil, há 10 empresas, com cerca de 11.491 produtores cadastrados ao MAPA, e estão presentes em 24 unidades federativas, presente em todas as regiões do Brasil exceto no Acre, Roraima e Tocantins. Algumas dessas empresas trabalham juntamente com a exportação, no qual já certificam a produção de acordo com as normas de exportação do país ao qual será destinado o produto, dessa forma, o custo benefício é alto e os requisitos técnicos também, tanto para empresa quanto para o produtor de orgânico.

O segundo mecanismo é o Sistema Participativo de Garantia, que é caracterizado pelo controle social e pela responsabilidade coletiva dos membros, os quais podem ser produtores, distribuidores, comercializadores, transportadores, armazenadores e colaboradores, no qual tenha o interesse de acompanhar e monitorar as exigências técnicas para a produção orgânica. Essa modalidade é composta por dois grupos: os membros do sistema e os Organismos Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC), que é a responsável pela relação formal com o MAPA, fornecendo e atualizando os dados das unidades de produção integradas ao SPG, responsável também pela emissão do selo SisOrg (Brasil, 2020).

O Brasil foi o primeiro país, em 2007, a regulamentar o SPG, dando o mesmo reconhecimento da auditoria. Assim, a certificação participativa permite que os pequenos produtores familiares tenham a oportunidade de aprender e realizar a troca de conhecimentos, no qual inclui atividades que envolvem todos os interessados. Assim, mesmo tendo reconhecimento legal o SPGs, precisa que a avaliação de conformidade seja feita por uma OPAC, para que seja dada a garantia de qualidade orgânica (Hirata; Rocha, 2020). Atualmente, há 40 OPACS, distribuídas em 21 unidades federativas no país e credenciadas no MAPA, possui a segunda maior adesão por parte dos produtores cadastrados, sendo cerca de 9.433 produtores cadastrados, estes estão presentes na região Sul, Sudeste, Centro-Oeste, em grande parte do Nordeste, exceto no Maranhão, na região Norte apenas Amazonas e Para possuem produtores cadastrados junto ao MAPA (MAPA, 2024).

O terceiro mecanismo é Organização de Controle Social (OCS), permite que o agricultor possa comercializar seus produtos diretamente com o público consumidor, além de propiciar reconhecimento, valor e credibilidade para o produtor por ser outorgado pelo MAPA, no qual o

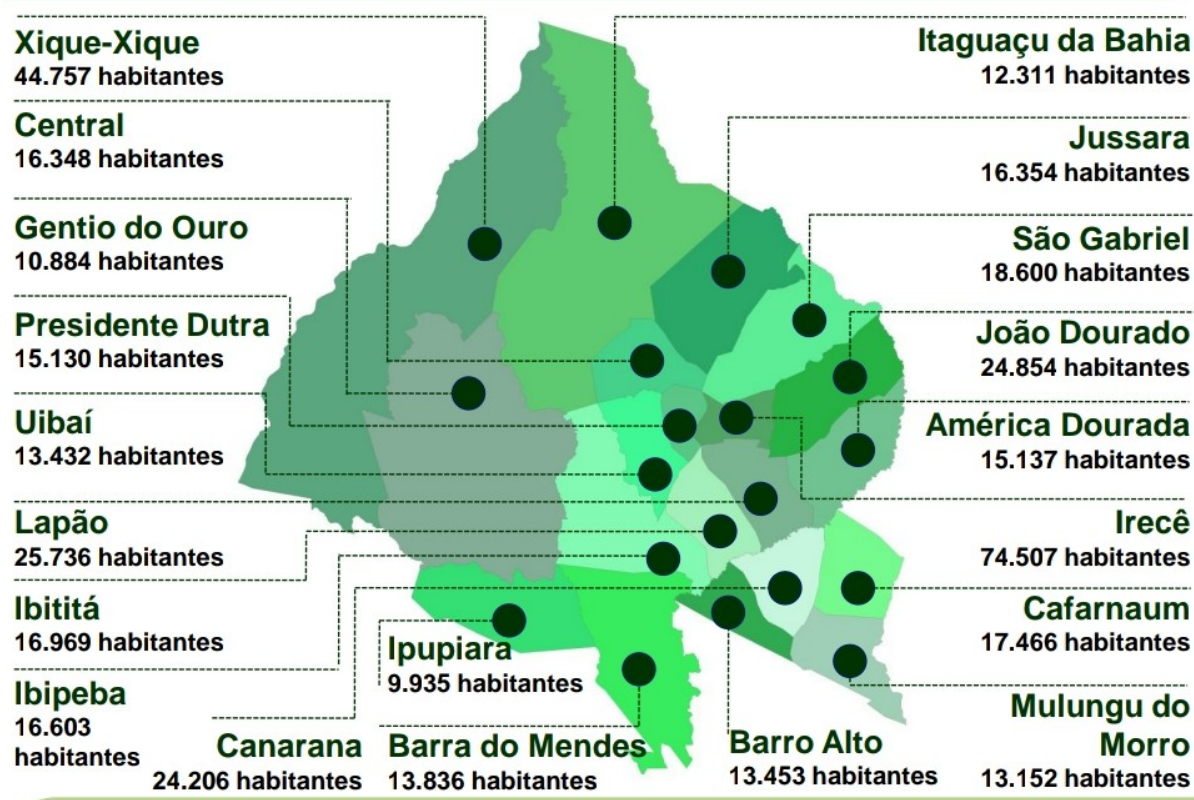
produtor deve ser credenciado a uma OCS cadastrada em órgão fiscalizador oficial, federal, estadual ou conveniados (Sebrae, 2021). Atualmente, a OCS possui cerca de 5.184 agricultores cadastrados ao MAPA, estando presente em quase todo o país exceto no Mato Grosso do Sul (MAPA, 2024).

Esse sistema é caracterizado pela responsabilidade social, que consiste em uma declaração assinada por todos os membros que compõe a OCS, os produtores ainda possuem um mecanismo, denominado rastreabilidade, que identifica a propriedade e os lotes vendidos pelo agricultor, evitando fraudes ou quais quer eventuais problemas (Sebrae, 2021). Assim, esse mecanismo habilita o produtor a vender seus produtos como orgânico diretamente para o consumidor em feiras, delivery, programas públicos, como CONAB, PAA e PNAE.

3. MATERIAL E MÉTODOS

O Território de Identidade de Irecê está localizado na região Centro-Oeste da Bahia, possui extensão territorial de 26.638 km², o que corresponde a aproximadamente 4,7% do território estadual. É composto por 20 municípios como podem ser observados na Figura 1. O território faz parte da área de abrangência do Semiárido, e todos os municípios estão inseridos na Região Semiárida. Assim, predomina o clima semiárido, com precipitação em torno dos 750 mm, com chuvas de primavera/verão. A temperatura média fica em torno dos 23,7 °C. (SEI, 2018). Caracterizado pela presença por baixadas, chapadas, gerais, serras e superfície arenosa. A Baixada dos rios Verde e Jacaré e a Planície Fluvial do Rio São Francisco possuem as menores altitudes, sujeita a inundações em períodos de cheias da Bacia do São Francisco. A Chapada de Irecê, os Gerais e as Serras Ocidentais da Chapada Diamantina apresentam a maior altimetria, cerca de 1 mil m, acima do nível do mar (SEI, 2018).

Figura 1: Composição municipal do TI Irecê



Fonte: SEI, 2024.

A região é marcada pelo histórico de seca e da monocultura de grãos, um cenário que vem se modifica por causa dos períodos seca severas, de acordo com relatório do Plano Territorial de

Desenvolvimento Sustentável (2010), as técnicas e atividades econômicas desenvolvidas na décadas 80 e 90, não atende mais a necessidade do Território, devido à degradação ambiental, às perdas das safras, à oscilação dos preços dos grãos, e, principalmente, à redução gradativamente dos serviços governamentais de apoio (créditos e financiamentos), bem como às mudanças climáticas cada vez mais desordenadas. Dessa forma, urgiu a necessidade de os agricultores explorarem outras atividades, diversificando a produção.

A partir dessa nova perspectiva, é possível verificar a existência de projetos distintos, que buscam promover o desenvolvimento rural de base sustentável na Bahia, com destaque a região de TI Irecê, como podem ser analisados no banco de dados montados e tabulados do perfil socioeconômico e ambiental dos produtores orgânicos do TI Irecê.

A região do TI Irecê é composta administrativamente por 20 municípios, no qual 3 destes não possuem produtores orgânicos cadastrados, Xique-Xique, Cafarnaum e Itaguaçu da Bahia. Vale destacar que nestas regiões onde há pouca ou nenhuma ocorrência de agricultura orgânica, é também onde estão os maiores índices de concentração de terras e/ou as que mais consomem agrotóxicos e também por estarem muito próximas a áreas que realizam pulverização frequente de agrotóxicos. (Damásio, 2016).

A pesquisa realizada foi de cunho documental e estatístico, qualitativa e quantitativa, com uma abordagem de estudo de caso. Os documentos analisados foram o Cadastro Nacional dos Produtores Orgânicos (CNPO) referente ao ano 2020 a 2024, referente ao período da pesquisa. O CNPO é um documento público, organizado e publicado pelo MAPA. Do qual foram coletados os seguintes dados:

- Modalidade da avaliação de conformidade orgânica;
- Entidade responsável;
- Localização (estado e município);
- Escopo e descrição produtiva;

Esta pesquisa também apresenta informações coerentes aos Territórios de Identidade de Irecê, no estado da Bahia, estabelecidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cujo intuito é compreender a distribuição espacial dos produtores orgânicos no TI. Além da sistematização geral dos produtores orgânicos, foi realizado também a sistematização da distribuição espacial por modalidade de avaliação da conformidade orgânica adotada e o levantamento dos itens mais produzidos no TI.

Depois de compreender a distribuição espacial dos agricultores orgânicos foi realizado o levantamento do perfil socioeconômico dos 80 produtores, no qual foram evidenciadas as seguintes informações: modalidade de agricultura (se é familiar, assentado, quilombola, indígena, etc.), características sociais e econômicas (nível de escolaridade, sexo e idade, renda familiar, principais fontes de renda), além de uma caracterização do plano de manejo orgânico (produção vegetal, animal e processada). Estas informações não estão disponíveis no CNPO, assim, foi feito o uso de questionário, na tentativa de contemplar o maior número de agricultores possíveis.

Para as análises, foi feito o cruzamento das informações levantadas nas pesquisas bibliográficas, através de livros, revistas, publicação avulsas e imprensa escrita, com a finalidade de nortear as análises de suas pesquisas e manipulação de suas informações. A pesquisa envolve a aplicação de questionários que está em Apêndice com perguntas abertas e de múltiplas escolhas com os envolvidos no estudo, isso para a análise do perfil socioeconômico, tanto geral quanto por tipo de avaliação da conformidade orgânica, esses dados foram de uma composição essencial para a pesquisa, visto que complementou os dados oficiais relacionados ao levantamento social, econômico e ambiental, dos produtores orgânicos do TI de Irecê.

Os dados coletados foram organizados de acordo com as disposições dos capítulos, como subtemas que atendam aos objetivos da pesquisa, através dos indicadores revelados na pesquisa, no que se refere aos impactos positivos e os desafios encontrados pelos produtores na agricultura orgânica, referentes a questões sociais, econômicas e ambientais.

A pesquisa foi dividida em três etapas: planejamento, condução/ oficina e capacitação e execução. Para garantir o cumprimento de todas as atividades necessárias. Durante as etapas foram desenvolvidas oficinas com abordagens agroecológicas, foi um período de capacitação, no qual o produtor teve mais conhecimento para agregar na sua produção. Todas as etapas ocorreram na Cooperativa dos Agricultores e Agricultoras Familiares Raízes do Sertão, localizada na Rua São Francisco, nº 165, Centro, Irecê – BA. No qual os produtores já eram vinculados e já fazem reuniões e capacitações para as práticas e manuseios de seus produtos.

A primeira etapa foi o planejamento, pois a região de Irecê – BA, conta com 150 unidades produtivas que somam 483 agricultores cadastrados e certificados. De acordo com dados informado pela diretora e coordenadora Paula Silva. Portanto para atender essa quantidade, os produtores foram agrupados divididos em grupos por unidades produtivas, no qual foram convidados a participarem das oficinas e capacitações com datas e horários pré estabelecidos.

A segunda etapa consistiu na condução das oficinas que posteriormente contou com as explicações necessárias, evidenciando o objetivo da pesquisa, esclarecendo as eventuais dúvidas e apresentando a terceira etapa que consiste no questionário (aplicação e respostas do questionário) que foram realizadas na Cooperativa dos Agricultores e Agricultoras Familiares Raízes do Sertão, localizada na Rua São Francisco, nº 165, Centro, Irecê – BA. O grupo de pesquisa são os agricultores de orgânicos associados e certificados pelo projeto Raízes do Sertão, no qual todos foram convidados a participarem da pesquisa, respondendo o questionário que foram de forma voluntária e livre adesão. Antes da assinatura dos termos foi apresentado ao participante uma prévia sobre os tópicos que seriam perguntados no questionário, após a leitura, esclarecimento e assinatura do Termos de Consentimento, assim os participantes receberam o questionário.

Para a coleta de dados, foram empregados procedimentos, que seguem as normas ditas no OFÍCIO CIRCULAR Nº 2/2021/CONEP/SECNS/MS, no qual o questionário via Google forms, que foi enviado ao participante de forma virtual o Termo de consentimento e o questionário, o convite é individual enviado por e-mail tendo um remetente e um destinatário, ou ser enviado na forma de lista oculta, tudo para fornecer conforto e segurança do participante. Ao responder o questionário, os participantes tinham a opção de pular qualquer pergunta que não queiram responder, pois o questionário não possui perguntas obrigatórias. O questionário não possui dados que identifiquem o participante diretamente visto que não possui perguntas como: nome, endereço, telefone, e-mail ou geolocalização. Essas medidas foram tomadas como forma de assegurar o participante o mesmo também pode guardar a cópia das perguntas e resposta, caso necessite. Uma vez concluída a coleta de dados, o pesquisador responsável realizou o download dos dados coletados para um dispositivo eletrônico local, apagando todo e qualquer registro de qualquer plataforma virtual, ambiente compartilhado ou "nuvem".

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

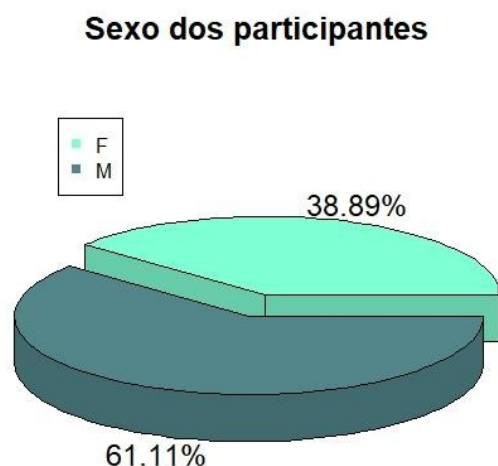
A partir dos dados coletados nesta pesquisa, verificamos que no TI Irecê os municípios que detêm os maiores números de produtores cadastrados no MAPA são: Barro Alto (70), Barra do Mendes (52), Lapão (52), Canarana (46) somente nesta região estão cadastrados 52% dos produtores orgânicos do TI Irecê, que corresponde á 425 produtores. Nesta região estão cadastrados cerca de 28,1% dos produtores orgânicos do estado da Bahia, o que corresponde a 1584. Na falta de alguns dados específicos, foi necessário aplicação de entrevista, a partir desta foi possível coletar amostras 80 agricultores orgânicos com cadastros ativos no MAPA.

Perfil socioeconômico dos entrevistados

Os dados sociais e econômicos dos 80 produtores são importantes para compreender as características básicas dos sujeitos da pesquisa e organizar de forma preliminar as informações sobre o objeto do trabalho.

A maioria dos produtores orgânicos formais no TI Irecê, são do sexo masculino como pode se observar na figura 03, sendo 61,11% de homens e 38,89% de mulheres. Essa configuração desequilibrada dos entrevistados, no que tange às questões de gênero, configura uma representação de um espaço visto como masculinizado, realidade que corresponde ao contexto nacional e estadual dos estabelecimentos rurais. De modo geral, o protagonismo feminino vem crescendo após os programas de incentivo à mulher do campo.

Figura 03 – Porcentual por sexo dos produtores de orgânico do TI Irecê. 2024.



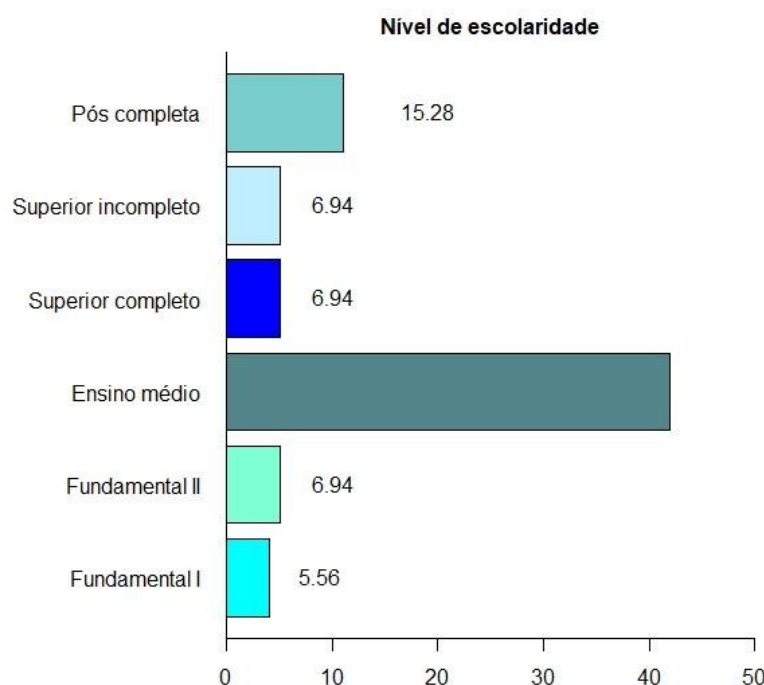
Fonte: Elaborado por TRINDADE, Daniele de Brito/LISBOA, Jocelia Pereira de Souza, a partir dos dados da pesquisa. *F (feminino) e M (masculino).

Na variável faixa etária, os entrevistados possuem entre 30 e 70 anos com acentuação elevada de adultos, entre 42-58, esses resultados apresentam uma problematização, a permanência dos jovens nas atividades rurais e a reprodução do processo de trabalho agroecológico nas futuras gerações.

A discussão sobre sucessão geracional torna-se imprescindível quando nos deparamos com dados dessa proporção, visto que durante a pesquisa foi detectado que na região o êxodo rural juvenil ocorre pelos principais fatores a falta de oportunidades educacionais, autonomia financeira, principalmente pela falta de créditos e políticas públicas que proporcione e incentivem os jovens a verem o campo como lugar de oportunidades, formação, trabalho e dignidade.

Referente aos dados de nível de escolaridade, presente na figura 04, é possível construir uma ponte entre a educação e desenvolvimento das comunidades rurais, pois é através desta ação-construção, que as comunidades adquirem maior integração social, econômica, cultural além de ser um veículo difusor de conhecimento e criticidade.

Figura 04 – Nível de escolaridade dos produtores orgânicos do TI Irecê

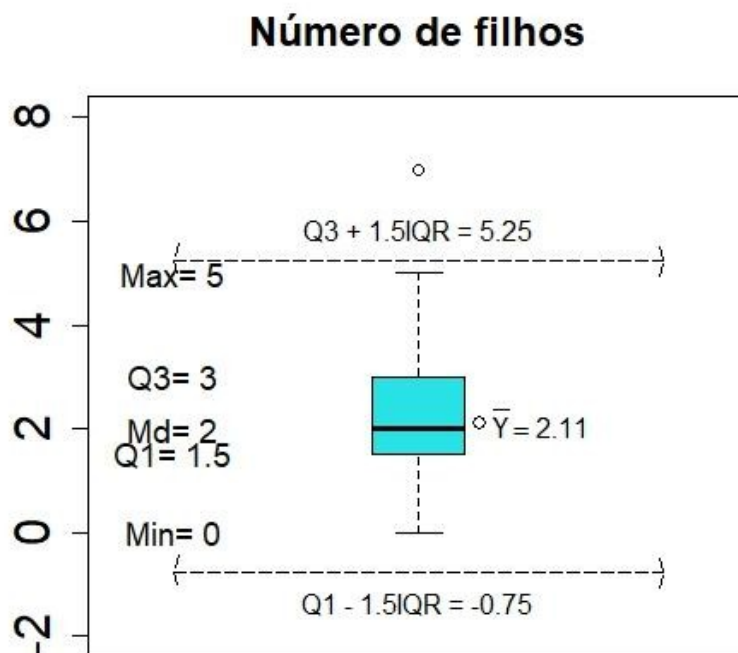


Fonte: Elaborado por TRINDADE, Daniele de Brito/LISBOA, Jocelia Pereira de Souza, a partir dos dados da pesquisa.

A partir dos dados expostos denuncia a baixa escolarização onde uma pequena parcela tem acesso ao ensino superior 6,94%, o maior percentual é o ensino médio de 58,34%, enquanto

o ensino fundamental I e II são de 6,94%, isso explica pelo fato da educação básica ficar a cargo do poder público municipal do TI Irecê, que são as com condições mais precárias em todos os sentidos. Todo esse quadro tem produzido o analfabetismo funcional para muitos usuários das escolas disponíveis. (Damásio, 2016).

Figura 05 – Número de filhos/as dos produtores orgânicos do TI Irecê



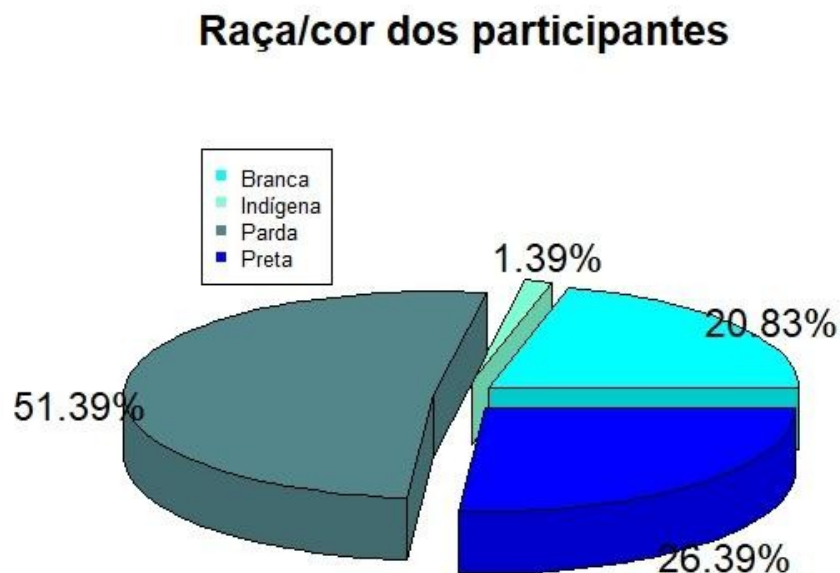
Fonte: Elaborado por TRINDADE, Daniele de Brito/LISBOA, Jocelia Pereira de Souza, a partir dos dados da pesquisa.

Em relação ao número de filhos, presentes na figura 05, os dados apontam que as famílias no TI Irecê seguem um padrão geral, com gradativa redução do número de filhos nas últimas décadas. Com percentual considerável de 41,67% possui dois filhos, na sequência contamos com 20,83% dos produtores com três filhos, 15,28% com nenhum filho, 9,72% com um filho, 9,72% com quatro filhos, as famílias numerosas com cinco e sete filhos estão cada vez menores por vez que o percentual destas estão em 1,39% dos entrevistados.

Uma das variáveis questionadas foi a auto identidade étnico-racial, presente na figura 06, no qual 51,39% são pardos representando a reflexão da população sobre a autoidentificação, seguido de negros 26,39%, brancos 20,83% e indígena 1,39%. Levando em consideração de que pardos e negros são escalas reconhecida como afrodescendentes, ao analisar apenas essa variável não é possível ter muitas informações, mas ao cruza-la com outras variáveis nos possibilita

observar a carga étnico racial que os entrevistados, uma representação do TI de Irecê é formada, dando a essas pessoas mais acesso as políticas públicas e o reconhecimento da diversidade nacional e também nos municípios.

Figura 06 – Auto identidade dos produtores orgânicos do TI Irecê



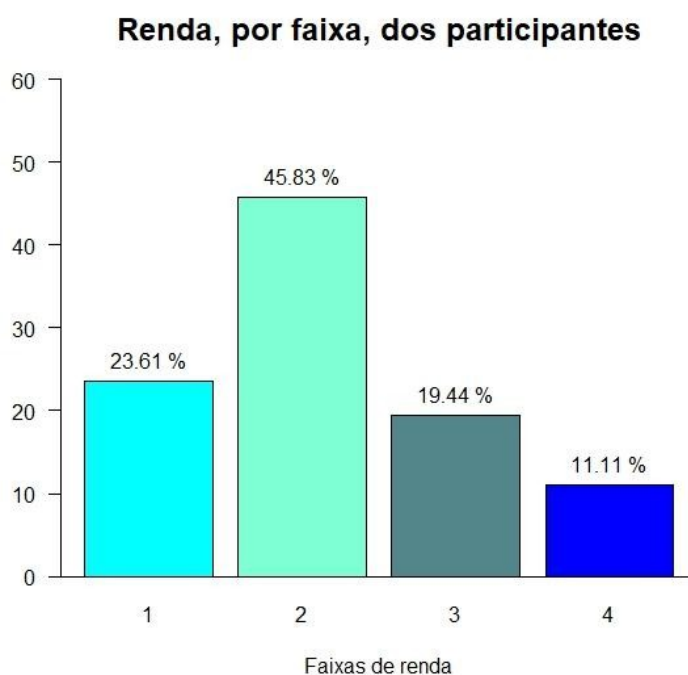
Fonte: Elaborado por TRINDADE, Daniele de Brito/LISBOA, Jocelia Pereira de Souza, a partir dos dados da pesquisa.

A renda dos produtores de orgânicos, figura 07, os valores foram coletados em reais no ano da pesquisa (2024) e são abordados através da indexação com o salário mínimo da época, que era de R\$ 1.412,00. A grande maioria representada por 45,83% dos entrevistados possuem renda de 2 salários, 23,61% possuem renda de 1 salário, 19,44% recebem 3 salários, e 11,11% uma minoria recebem 4 salários. Esses valores estão atrelados ao faturamento das vendas de produtos orgânicos nas feiras, mercados internos e externos, venda direta e também a auxílios e subsídios fornecidos pelo governo.

No caso dos agricultores residentes na região, por sua vez, que possuem outras fontes de renda, são a prestação de serviços, tanto na porção rural quanto na porção urbana da cidade, bem como na consequência da idade avançada, alguns dispõem da aposentadoria como renda complementar. Verificamos que 59,2% obtêm a renda unicamente da atividade agrícola na propriedade, ao passo que os 40,8% restantes associam sua produção orgânica com outra fonte rentável. É possível observar, que há décadas, um processo de diversificação produtiva no meio

rural, com ampla divisão social do trabalho, através da inclusão de inúmeras atividades não agrícolas, vem fazendo com que a agricultura não seja mais a única possibilidade de emprego às pessoas que moram nessas áreas.

Figura 07 – Renda mensal dos produtores orgânicos do TI Irecê (salário mínimo)

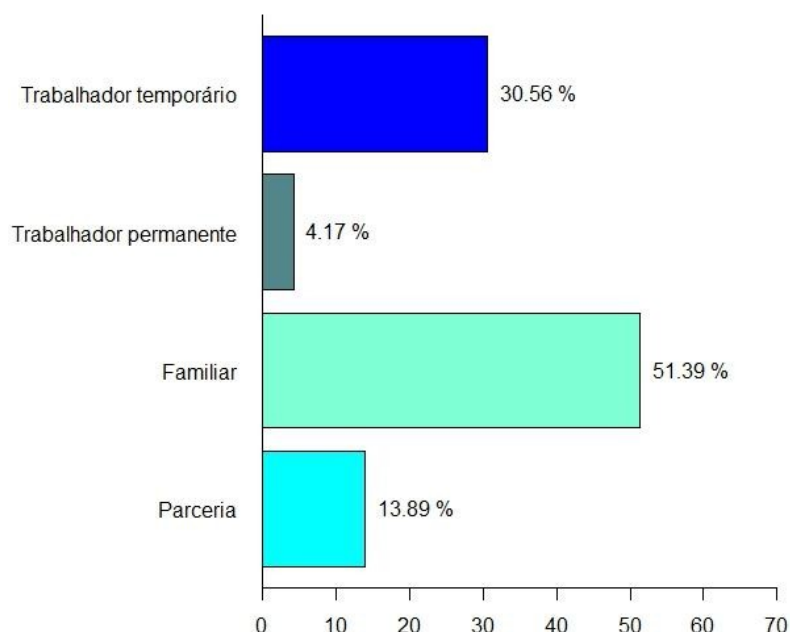


Fonte: Elaborado por TRINDADE, Daniele de Brito/LISBOA, Jocelia Pereira de Souza, a partir dos dados da pesquisa.

Uma das características da produção de alimentos orgânicos, é a larga utilização, da mão de obra familiar em suas propriedades, no qual os próprios membros de uma mesma família, exige intensificação do trabalho manual, além de não precisar de intensa movimentação do solo, principalmente, por não utilizar maquinários pesados, esse é um sistema com custo-benefício mais significativo.

Conforme a Figura 08, em 51,39% das propriedades os trabalhos relacionados a produção orgânica são realizados apenas por membros da família. Em aproximadamente 30,56% há, além da mão-de-obra familiar, o auxílio de empregados contratados temporariamente, 13,39% trabalham em parceria, ao passo que em 4,17% a produção é feita somente por trabalhadores permanentes. Esse quadro reitera a noção de que a agricultura orgânica é fortemente caracterizada pelo cultivo de alimentos a partir de pequenos agrupamentos familiares.

Figura 08 – Tipo de mão-de-obra empregada nas propriedades dos produtores orgânicos do TI Irecê

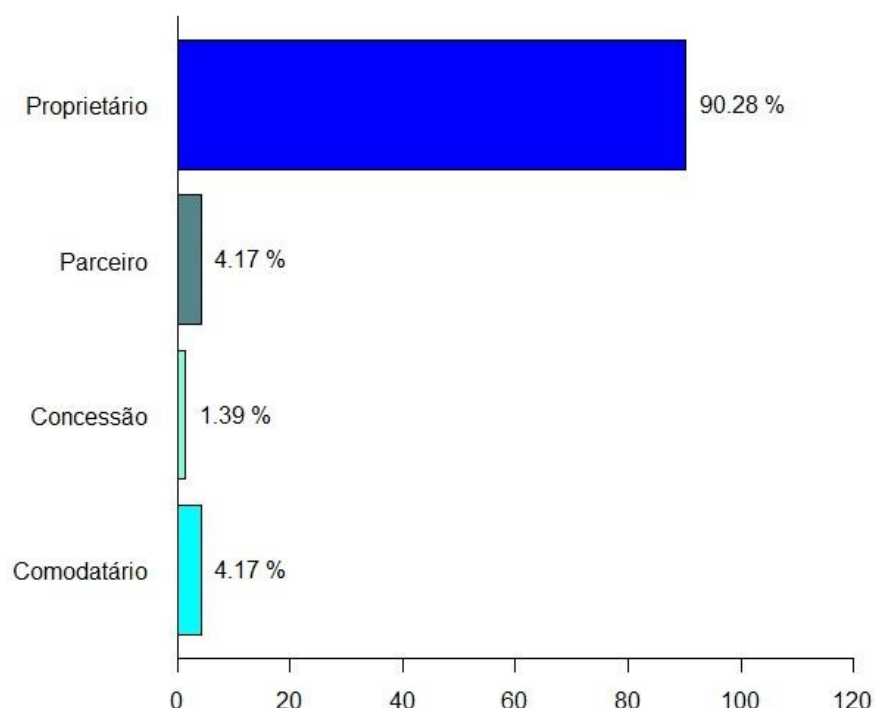


Fonte: Elaborado por TRINDADE, Daniele de Brito/LISBOA, Jocelia Pereira de Souza, a partir dos dados da pesquisa.

Em relação às formas de uso da terra expressa na posse a importância da propriedade para os agricultores dessa região, essa é uma relação tradicional que envolve outros fatores como a identidade, sensação de pertencimento, além de aumentar a segurança e autoestima dos agricultores, como também a produtividade, escala de trabalho e possibilitando maiores rendimentos.

Nesse sentido, a Figura 09, apresenta reafirma essa forma de uso por parte dos agricultores do TI de Irecê, já que a posse é o tipo mais expressivo sendo 90,28% os proprietários de suas terras, em seguida parceria com 4,17% e comodatários com 4,17% e por concessão 1,39%. O vínculo do produtor com a área diz muito a respeito da documentação e dos direitos que possuem em relação à legalização, ao cadastro rural junto a secretaria da fazenda (sefaz), o que beneficia os produtores a serem reconhecidos e terem créditos e descontos especiais e a participarem de programas do governo.

Figura 09 – Vínculo do Produtor com o Imóvel do TI Irecê



Fonte: Elaborado por TRINDADE, Daniele de Brito/LISBOA, Jocelia Pereira de Souza, a partir dos dados da pesquisa.

Com relação ao modelo desenvolvido na propriedade, os dados da Figura 10, revelam que 98,61% dos entrevistados afirmam adotar práticas agroecológicas e 1,39% estão no processo de transição com produção paralela (orgânica e convencional). Esses dados chamam a atenção em relação ao histórico da região que acumulam décadas de organização e luta para a transição de modelos, superando assim o modelo adotado na modernização conservadora.

O tempo de produção orgânica no território é considerável, visto que tempo dedicado a produção orgânica em sua maioria 44% teve uma média produtores entre 3 e 6 anos, seguido de 32% tem em média 8 anos na produção, 2,8% mais de 20 anos na área. Levando em consideração o modelo tradicional e atividade agrícolas que eram voltadas principalmente para produção de milho, feijão e mamona na região, uma monocultura líder naquele período, assim vemos que o modelo orgânico foi uma resistência e que teve e está tendo resultados.

Figura 10 – Modelo desenvolvido nas propriedades dos produtores orgânicos do TI Irecê



Fonte: Elaborado por TRINDADE, Daniele de Brito/LISBOA, Jocelia Pereira de Souza, a partir dos dados da pesquisa.

A agroecologia vem crescendo e se mostrando muito eficaz, entre os agricultores da região do TI Irecê, os principais motivos da escolha dos entrevistados pelo tema foram a preocupação em produzir uma variedade de produtos mais saudáveis e nutritivos, sem insumos agroquímicos, sem a dependência de agrotóxicos para produzir, sem a necessidade de maquinários e técnicas com auto custo, desta forma os produtores passaram a ver o sistema agroecológico como uma forma de valorizar as práticas tradicionais e melhorar a situação econômica das famílias.

Para melhor entender a diversidade de produtos produzidos no interior das propriedades, é necessário saber como eles estão agrupados, de acordo com a divisão que os produtores entrevistados mas utilizam de acordo com os dados da pesquisa, são os sistemas orgânicos de produção vegetal com 83,33%, sistemas orgânicos de produção vegetal/animal com 15% e sistema de extrativismo sustentável com 1,39%. Dentre os que são adeptos do sistema de produção vegetal e os da produção vegetal/animal tem se um percentual de 20,83% que fazem processamento das matérias primas. A partir desse sistema podemos ter informações mais detalhadas como, pode ser observado no Quadro 3, as diversidades dos produtos que são mais produzidos pelos agricultores. Os produtos produzidos pelos agricultores do TI Irecê, além de serem saudáveis e sustentável, apresentam a identidade cultural alimentar de um povo, mostra a regionalidade dos produtos e a valorização da soberania alimentar, de uma região. Além de incentivar o mercado local e a autonomia das comunidades.

Quadro 3 – Produtos produzidos pelos produtores do TI Irecê.

Sistema Orgânico		Produtos
Produção Vegetal	Fruta	Abacate, acerola, atmoia, banana caturra, banana maçã, banana café, banana prata, banana da terra, coco, goiaba, laranja Bahia, laranja Pêra, limão galego, limão taiti, mamão, manga espada, manga mamão, manga tommy, manga Palmer, manga umbu, pinha, tangerina, pocan, laranja lima, abacaxi, melancia, tomate cerejão, tomate salada, graviola, melão, tomate cereja, limão cravo, laranja de umbigo, limão siciliano, maracujá amarelo, tamarindo, caju, amora, pitanga, seriguela, romã, figo da Índia, pitaia.
	Hortaliças	Açafrão, agrião, acelga, alho, alho poró, alho Nira, aipo, aipim branco, aipim manteiga, abobrinha, abóbora comum, alface lisa, alface crocante, alface americana, alface crespa, alface roxa, berinjela, beterraba, batata doce da polpa branca, batata doce da polpa roxa, batata doce da polpa laranja, batata yacon, brócolis, cana de açúcar, caxixi, cebola roxa, cebola branca, cebola mulatinha, cenoura, coentro, couve, couve-flor, cebolinha, espinafre, fava, escarola, maxixe, mandioca, mandioca de massa, palma, pepino comum, pepino japonês, pimentão, pimenta, pimenta de ardor, pimenta de cheiro, pimenta malagueta, pornunça, quiabo, rúcula, repolho verde, repolho roxo, rabanete, salsa, sálvia, vagem.
	Grãos	Feijão carioca, feijão de corda, feijão preto, feijão moashi, feijão catador, feijão guandu, feijão vagem roxa, feijão azuki, feijão de porco, feijão saborosa, andu, milho, soja preta, amendoim, semente de girassol, sementes de urucum.
	Plantas medicinais	Mastruz, moringa, alecrim, arruda, boldo, capim santo, citronela, hortelã fino, erva cidreira, cedro, hortelã, lavanda, melaleuca, alecrim do campo, erva baleeira, manjeriço, ora-pro-nóbis, aloe vera, beldroega, quixaba, cunhã, gergelim.
Produção Animal		Ovos, leite, Carne
Processamento		Extrato de tomate, geleia, temperos, farinha, paçoca de gergelim, tapioca desidratada, tapioca hidratada, tapioca azeda, tapioca fresca, beiju de tapioca, beiju de massa, farinha de mandioca torrada, polpa de frutas, frutas desidratadas, caldo de cana, temperos desidratados, óleos essenciais, tinturas, xaropes, mel, manteiga de garrafa, queijo, requeijão, doces.
Extrativismo Sustentável		Umbu, umbu cajá, umbu gigante, coco licuri, mamona, mangaba, quixaba, cajá, jiló, cajarana, ingá, moringa.

Fonte: Elaborado por FERREIRA, Paula Silva/LISBOA, Jocelia Pereira de Souza, a partir dos dados da pesquisa. *Dentre as hortaliças estão inclusos legumes, vegetais, raízes, tubérculos e gramíneas.

Na produção vegetal foi possível analisar que 37,5% dos entrevistados fizeram a escolha de plantio de Hortaliças, Plantas Medicinais, Frutas, GCA, Culturas P, como pode ser analisado na tabela 1, esses dados mostram uma das características da agricultura orgânica que é a variedade na hora de plantar. É possível observar ainda a repetição de três categorias de culturas, ou seja, as que mais aparecem, sendo as frutas, hortaliças e plantas medicinais. A escolha desses produtos é estratégica, pois se adaptam bem ao clima, ao relevo da região e também a cultura alimentar, pois são destinados geralmente para autoconsumo e também comercialização, ocasião onde é formada a renda agrícola dessas famílias.

Tabela 1 – Produtos vegetais produzidos para o mercado orgânico do TI Irecê

Cultura	Frequência absoluta	Frequência relativa	Porcentagem
Frutas	1	0.01	1.25
Frutas, GCA	2	0.025	2.25
Frutas, Culturas P	2	0.025	2.25
Frutas, Culturas P, GCA	2	0.025	2.25
Hortaliças	2	0.025	2.25
Hortaliças, Frutas	5	0.06	6.25
Hortaliças, Frutas, GCA	8	0.10	10.0
Hortaliças, Frutas, Culturas P	3	0.03	3.75
Hortaliças, Frutas, Culturas P, GCA	7	0.08	8,75
Hortaliças, GCA	2	0.025	2.25
Hortaliças, Plantas Medicinais	2	0.025	2.25
Hortaliças, Plantas Medicinais, Frutas	2	0.025	2.25
Hortaliças, Plantas Medicinais, Frutas, GCA	7	0.08	8.75
Hortaliças, Plantas Medicinais, Frutas, Culturas P	3	0.03	3.75
Hortaliças, Plantas Medicinais, Frutas, GCA, Culturas P	27	0.33	33.75
Hortaliças, Plantas Medicinais, GCA	2	0.025	2.25
Plantas Medicinais	1	0.01	1.25
Plantas Medicinais, Frutas, Culturas P	2	0.025	2.25
Total	80	100	100

Fonte: Elaborado por TRINDADE, Daniele de Brito/LISBOA, Jocelia Pereira de Souza, a partir dos dados da pesquisa. *GCA significa Grãos e Culturas Anuais/Culturas P significa Culturas Permanentes.

Para o processo produtivo no que diz respeito à realização do processo de trabalho é necessário que as famílias agricultoras tenham as condições e equipamentos para garantir a sustentabilidade. Para que esse sistema entregue um escopo variado e produtivo é necessário ter um cuidado específico em todos os passos do processo de produção, além da implementação

manejo do solo adequado juntamente com as práticas corretas de proteção, recuperação e correção do solo, incluindo as medidas que promovam a biodiversidade.

Nesse aspecto foram analisados, a escolha dos produtores em relação às práticas para o plantio, as mais citadas pelos produtores foram faixa vegetativa, plantio em nível, terraceamento e plantio direto. No qual 63,89% fazem uso do plantio direto, 25% alegam utilizar de todas as práticas (foram faixa vegetativa, plantio em nível, terraceamento e plantio direto), enquanto 11,11% fazem uso apenas da faixa vegetativa. As escolhas feitas pelos agricultores estão muito relacionadas ao planejamento dos cultivos e das cultivares, o fato do plantio direto ter o maior percentual está relacionado aos seus benefícios para aquela região e microclima, pois reduz as perdas de água e nutrientes, estabiliza a temperatura do solo por conta do aumento dos teores de matéria orgânica, além de ajudar no controle de plantas invasoras, trazendo um bom custo benefício para os produtores orgânicos.

Além das práticas de plantio os produtores buscam também o aumento da fertilidade do solo e o manejo correto de nutrientes que são realizados por inúmeras técnicas, mas as principais práticas de fertilidade do solo e fertilização utilizados pelos agricultores do TI Irecê, no qual 48% dos produtores fazem uso da cobertura morta, compostagem e biofertilizante, 19% fazem uso de calcário, 16% fazem uso de adubo verde, 13% fazem uso de cobertura viva e apenas 4% fazem uso de fosfato natural.

De acordo com que já foi citado é possível detectar que os sistemas orgânicos de produção vegetal dependem de manejos, práticas que assegurem a preservação da diversidade biológica dos ecossistemas naturais e modificados em que se insere o sistema de produção. No TI Irecê, não é diferente, mas além das práticas e manejos do solo os produtores buscam também boas práticas que promovam a biodiversidade na propriedade. Como podem ser observadas no Quadro 4, de acordo com a frequência utilizadas pelos produtores.

Quadro 4 – As práticas recomendadas para promover a biodiversidade nas propriedades

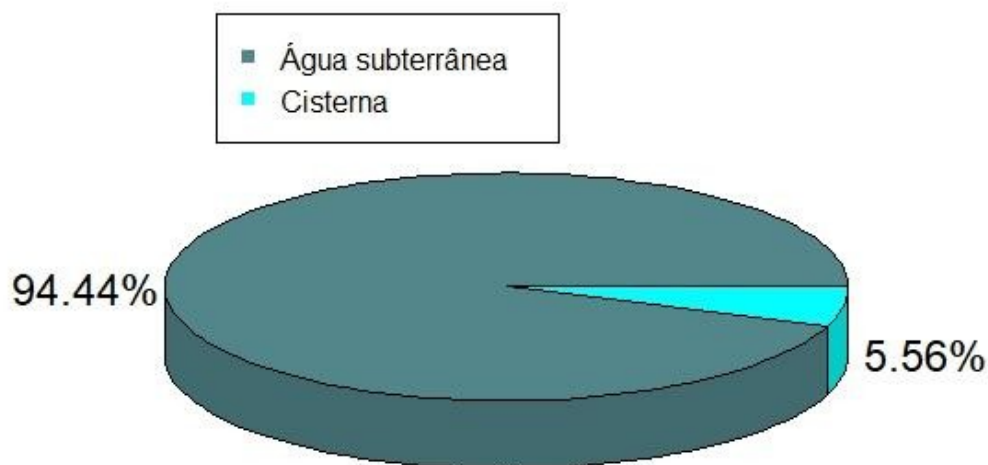
As principais práticas	Nível de adoção dos produtores		
	Menor frequência	Média frequência	Maior Frequência
Cultivos consorciados			X
Rotação de cultura			X
Recuperação/enriquecimento de APPs	X		
Corredor ecológico	X		

Manejo do mato e alternância de capinas		x	
Ausência de fogo			X
Adubação verde		x	
Adubos orgânico			X
Diversificação da Produção			X
Cultivos em aleias/faixas	X		
Quebra-vento			X
Sistemas agroflorestais	X		
Cobertura do Solo			X
Plantio de flores e outros cultivos que atraem inimigos naturais	X		

Fonte: Elaborado por FERREIRA, Paula Silva/LISBOA, Jocelia Pereira de Souza, a partir dos dados da pesquisa.

Para maximizar a produtividade das culturas é necessário, além do solo saudável, a presença de recursos hídricos, pois a água é a principal responsável pelo crescimento saudável e pela qualidade do alimento. Em regiões semiáridas como TI Irecê, onde a chuva é determinada em um curto período e a seca ocorre quase o ano todo, os agricultores passam por problemas em relação a água recorrendo ao uso de cisternas, poços artesianos e outras tecnologias sociais. Como pode ser observado na figura 11, a fonte de água utilizada pelos agricultores do TI Irecê indicam que 94,44% fazem uso de água subterrânea (poços artesianos) e 5,56% utilizam cisternas, para irrigarem a propriedade.

Figura 11 – As principais fontes de água utilizada pelos agricultores do TI Irecê



Fonte: Elaborado por TRINDADE, Daniele de Brito/LISBOA, Jocelia Pereira de Souza, a partir dos dados da pesquisa.

Esse dado é importante para entender o acesso a água destinada a produção no Território, pois a qualidade da água para irrigação em propriedades orgânicas é uma das principais preocupação dos entrevistados, que adotam medidas para prevenir a contaminação, no qual 61% orientam os vizinhos, 15% procuram manter a mata ciliar, 10% fazem o manejo das águas residuais, 8% possuem nascente na própria propriedade, enquanto 6% fazem análise da água.

Outra preocupação dos agricultores é em relação a contaminação na produção vegetal, pois 36% temem a contaminação por meio de pulverização em áreas vizinhas, 35% pela contaminação por meio de enxurradas, 29% cultivo de transgênicos nos arredores da propriedade. Para sanar esses riscos os produtores procuram alertar os vizinhos, fazem barreira, quebra – vento.

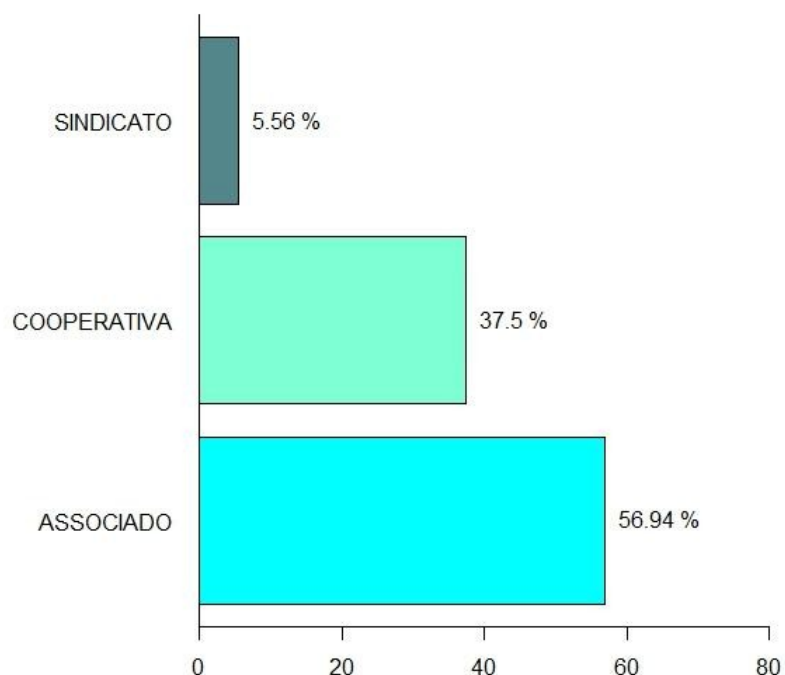
Na produção processada não é diferente, visto que 20,83% dos produtores entrevistados fazem algum tipo de processamento, foi questionado como era feito o controle de qualidade dos produtos, 77,78% faziam uso da inspeção visual, cheiro e sabor e 22,22% usavam outros meios como exames laboratoriais. E para manter o controle dos lotes produzidos e garantir a rastreabilidade dos produtos 62,5% fazem o rastreio pela data de fabricação e 37,5% fazem o rastreio pelo número do lote. Os meios utilizados pelos agricultores são mais convencionais visto que a matéria prima e todo o processo são realizados por eles em suas propriedades em escala menor o que garante um controle mais eficaz em relação a contaminação.

Mas para que todos esses produtos possam ter a garantia e o selo de orgânico não basta apenas o relato dos moradores, mas uma empresa certificada para assegurar a qualidade dos produtos orgânicos produzido na propriedade, seja por uma empresa privada, venda direta ou por participação. No caso dos produtores do TI Irecê as relações ocorrem por meio da reciprocidade e a participação em espaços coletivos, como também o acesso a políticas públicas voltadas para a agricultura familiar e orgânica.

Do ponto de vista da organização social das comunidades no TI Irecê, a participação nas organizações coletivas/entidades de classe, Figura 12, teve a maior incidência de participação nas Associações e na Cooperativa dos Agricultores e Agricultoras Familiares Raízes do Sertão com 56,94%, enquanto 37,5% participam apenas da Cooperativas dos Agricultores e Agricultoras Familiares Raízes do Sertão e 5,56% participam da cooperativa e do Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais. Esses números são animadores em relação a vida social e as organizações da comunidade pois ocorrem a troca de conhecimento, a orientação de manejo,

assessoria e acompanhamento das famílias no processo produtivo, comercialização, acesso a políticas públicas e participação de créditos.

Figura 12 – A participação nas organizações coletivas/entidades de classe dos produtores do TI Irecê



Fonte: Elaborado por TRINDADE, Daniele de Brito/LISBOA, Jocelia Pereira de Souza, a partir dos dados da pesquisa.

Nesses aspectos os produtores do TI Irecê que estão associados a Cooperativas dos Agricultores e Agricultoras Familiares Raízes do Sertão, também fazem parte do Sistema Participativo de Garantia (SPG) que são certificados pelo Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC), a Rede de Agroecologia Povos da Mata e também por meio de Venda Direta, sendo que 80,55% fazem parte da OPAC e 4,17% participam apenas da Venda Direta, enquanto 15,28% fazem parte dos dois mecanismo OPAC e Venda Direta. Ao comparar o percentual nas duas modalidades é válido ressaltar que a OPAC realiza suas certificações por meio de autocontrole, avaliação feita pelos agricultores, consumidores, pesquisadores e técnicos que formam a equipe da organização, enquanto a Venda Direta é composta pelos mesmos grupos citados anteriormente a única diferença esta que esta modalidade não é certificada e vende diretamente para o PAA. Segundo os próprios produtores a principal problemática enfrentada por eles era a burocracia e o alto custo para terem o selo de orgânico, mas com a Rede Povos da

Mata, passaram a ter orientações, preparo e a ter visitas técnicas em suas propriedades, visto que esse mecanismo participativo colaborou muito para os agricultores principalmente para os que não possuem conhecimento empírico, apesar da assistência e das colaborações dos grupos, ainda existem problemas como a falta de financiamento e créditos mais acessíveis, visto que para escoarem os seus produtos para outros municípios tem um custo alto, o que os impedem de venderem mais e ter maior lucro. Em relação a venda direta os produtores afirmam que a compra dos produtos para o PAA deveriam ser um percentual maior, sendo que a maioria das escolas municipais são ou estão próximas ao campo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O território de Irecê é um lugar eminentemente agrícola e possui um número relevante de agricultores orgânicos para o estado da Bahia, com mais de 425 produtores orgânicos, dos 1584 produtores do gênero no estado. Nada mais do que pertinente analisar o perfil desses agricultores e as formas de conformidades orgânicas utilizadas na atualidade.

A partir da análise do perfil dos entrevistados podemos considerar que os números apontam que a maioria dos produtores são homens, uma realidade do modelo agrícola brasileiro, de uma maioria de adultos e afrodescendentes revelados através da autoidentidade.

As unidades de produção orgânica são formadas por grupos familiares pequenas, um casal em sua maioria com dois filhos, esse é um dado interessante que mostra o controle de natalidade e de planejamento familiar, mas também um dado preocupante em relação ao futuro agrícola e as relações trabalhistas, pois o número de jovens e da natalidade é muito baixa em relação número de pessoas idosas no futuro.

Em relação as condições trabalhistas e econômicas das propriedades são possíveis concluir que a renda familiar é mediana se analisar que os valores são somados a prestação de serviço e auxílios do governo, mas a maioria tem sua fonte de renda unicamente ligada a atividade do campo, são donos das suas propriedades e se mostram muito satisfeitos com modelo agrícola que escolheram para a produção e comercialização de seus produtos.

O levantamento das participações políticas se dá em sua maioria nas associações e nas cooperativas, algo comum na região. A cooperativa tem um papel fundamental nas avaliações da conformidade orgânica, visto que é por meio desta que é feita a ponte entre o núcleo Raízes do Sertão (que faz parte da OPAC Povos da Mata) e os agricultores.

O território possui duas modalidades de avaliação de conformidade orgânica (Venda direta e SPG), a maioria dos produtores realiza a avaliação da conformidade orgânica de seus produtos por meio do SPG (Povos da Mata) e também por meio de Venda direta. A escolha dessa modalidade tem relação com custo benefício e além de auxiliar na organização da produção, na troca de saberes além de incentivar autonomia e soberania alimentar.

Nesse sentido, notamos a variedade da produção com auto índice de produtos primários vegetal, havendo pouca produção de processamento e de produtos de origem animal. Os

resultados mostram a variedade de produtos, que não dependem de insumos externos, são diferenciados, atingem novos nichos de mercado e com preços diferenciados.

É possível concluir que esse sistema de produção é uma alternativa assertiva para o TI Irecê, pois se adequa as condições climáticas e estilo de vida dos produtores inseridos nesse sistema, sendo uma das principais fontes de renda, além de utilizar insumos produzidos na própria propriedade o que atrai o produtor que busca uma consciência ambiental, tornando a produção menos dependente, todavia esse sistema necessita de mais atenção e cuidados em relação ao risco de contaminação, como também de assistência técnica para atender os aspectos de manejo e revitalização do solo e da biodiversidade. Para atender essas necessidades é preciso planos e políticas públicas efetivas que promovam desenvolvimento rural como um todo, incentivando os jovens a garantir autonomia diante das escolhas realizadas, que tenha o protagonismo que realmente merece, com créditos, assistências, programas e incentivos financeiros que incentivasse ainda mais os produtores a transição e se manterem no processo sem ter prejuízos.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, A. C. O., dos SANTOS, A. L. de S., & de AZEVEDO, R. M. M. C. (2012). Agricultura orgânica no Brasil: sua trajetória para a certificação compulsória. *Revista Brasileira De Agroecologia*, 7(2). DOI: <https://revistas.abaagroecologia.org.br/rbagroecologia/article/view/10085>.

AZEVEDO, E. Alimentos orgânicos: ampliando os conceitos de saúde humana, ambiental e social. São Paulo: Senac, 2012. DOI: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=1XF_DwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT2&dq=Elaine+de+Azevedo&ots=SYMY2HRvr&sig=qrkf-Oj_g-sR--Od4Xf2m5SKcTo#v=onepage&q=Elaine%20de%20Azevedo&f=false.

BRASIL. Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano CXLIX, n. 162, p. 4-5, 21 ago. 2012.

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos. Brasília, jun. 2024. (Cadastro). Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/ptbr/assuntos/sustentabilidade/organicos/cadastro-nacional-produtores-organicos> . Acesso em: jun. 2024.

BRASIL. Ministério da educação. Pnae fará parte da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza. jul. 2024. Brasília 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/julho/pnae-fara-parte-da-alianca-global-contra-a-fome-e-a-pobreza>. Acesso em out. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura familiar. Desenvolvimento Agrário encaminha plano de estímulo à produção de orgânicos. Brasília, maio, 2024. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202405/mda-conclui-eixos-de-atuacao-para-estimular-a-producao-de-alimentos-agroecologicos-e-organicos-para-a-sociedade>. Acesso em jul. 2024.

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. MAPASAN 2022: mapeamento da segurança alimentar e nutricional. Brasília: MDS; 2022.

CAMPANHOLA C., VALARINI P. J. A agricultura orgânica e seu potencial para o pequeno agricultor, Cadernos de Ciência e Tecnologia, Brasília, v. 18, nº 03, p. 69-101, Set./Dez. 2001.

CI ORGÂNICOS – CENTRO DE INTELIGÊNCIA EM ORGÂNICOS. Carrefour Bio: nova linha de orgânicos. Rio de Janeiro: Ciorgânicos, 24 jun. 2021. Disponível em: <https://ciorganicos.com.br/noticia/carrefour-bio-nova-linha-de-organicos>. Acesso em: out. 2024.

CI ORGÂNICOS – CENTRO DE INTELIGÊNCIA EM ORGÂNICOS. Grandes marcas apostam nos segmentos de orgânicos. Rio de Janeiro: Ciorgânicos, jun. 2019. Disponível em: <https://ciorganicos.com.br/noticia/grandes-marcas-apostam-no-segmentos-de-organicos>. Acesso em: out. 2024.

CI ORGÂNICOS – CENTRO DE INTELIGÊNCIA EM ORGÂNICOS. Mel orgânico brasileiro conquista mercados exigentes. Rio de Janeiro: Ciorgânicos, 03 mar. 2017. Disponível em: <https://ciorganicos.com.br/inteligencia/mel-organico-brasileiro-conquista-mercados-exigentes>. Acesso em: out. 2024.

CI ORGÂNICOS – CENTRO DE INTELIGÊNCIA EM ORGÂNICOS. Multinacionais de alimentos perdem mercado e procuram inovar. Rio de Janeiro: Ciorgânicos, 17 jul. 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2JAKFRu>>. Acesso em: out. 2024.

CNN Brasil. Nestlé afirma que vai investir cerca de R\$ 6 bilhões no Brasil até 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/investimentos/nestle-afirma-que-vai-investir-cerca-de-r-6-bilhoes-no-brasil-ate-2025>. Acesso em out 2024.

DAMÁSIO, M. C. R. Caracterização Do Processo De Trabalho Familiar Agrícola No Território De Irecê – Ba. Orientador: Prof. Dr. Nilson Weisheimer. 2016. 109 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2016.

HIRATA, Aloísia Rodrigues; ROCHA, Luiz Carlos Dias. Sistemas participativos de garantia do Brasil: Histórias e Experiências. IFSULDEMINAS, Porto Alegre, 2020.

HUBER, B.; OTTO, S.; BATLOGG, V.; CASTRO, F.M. Public standards and legislation. In: WILLER, H.; LERNOUD, J. (Eds). The world of organic agriculture. Statistic and emerging trends 2021. Frick:FiBL; Bonn:IFOAM – Organic Internacional, 2021.

HYBNER, Bruno Reinoso; ALVES, Alexandre Floriano. A trajetória das políticas de incentivo à agricultura orgânica no Brasil e no Paraná. *Desenvolvimento Socioeconômico em Debate*, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 210–234, 2024. DOI: 10.18616/rdsd.v10i1.8269. Disponível em: <https://periodicos.unesc.net/ojs/index.php/RDSD/article/view/8269>. Acesso em: 17 dez. 2024.

Ibarra, A.C.R.; Ramos, N.B.; Pizzinato, A.; Halinski, R.; Oliveira, M.Z. Frequentadoras (es) de feiras orgânicas: Relações de consumo e de gênero em territórios brasileiros. *Nutrivisa*.v.10:e10922.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Agropecuário 2014. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Agropecuário 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Agropecuário 2020. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

IDEC – INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. Mapa de feiras orgânicas. Feiras orgânicas. 2024. Disponível em: <https://feirasorganicas.org.br>. Acesso em: out. 2024.

IDEC – INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. Rota dos orgânicos. *Revista do Idec*, São Paulo, n. 162, fev. 2012.

LIMA, S. K., GALIZA, M., VALADARES, A. A., ALVES, F. Produção e consumo de produtos orgânicos no mundo e no Brasil. Instituto de Pesquisa Economica Aplicada (IPEA), Brasília, nº2538, fev. 2020.

LOPES, M. R.; FORNAZIER, Armando. Modalidades de Compras Públicas de Alimentos da Agricultura Familiar no Brasil, Brasília, DF, ISS/ISBN. 2015.

Mariano, B. S., Montebello, A. E. S., & Marjotta-Maistro, M. C. (2023). Mercado de orgânicos no Brasil: canais de comercialização, políticas públicas e análise SWOT. *Revista De Gestão E Secretariado*, 14(9), 15753–15778. <https://doi.org/10.7769/gesec.v14i9.2415>.

MATTEI, T.F.; MICHELLON, E. Panorama da agricultura orgânica e dos agrotóxicos no Brasil: uma análise a partir dos censos 2006 e 2017. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v.59, e222254, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.222254>.

PENTEADO, S. R. Manual prático de Agricultura Orgânica: fundamentos e práticas. 2.ed. Campinas: Via Orgânica, 2010. 232 p.

SAMBUICHI, Regina Helena Rosa; SILVA, Sandro Pereira (org.). Vinte anos de compras da agricultura familiar: um marco para as políticas públicas de desenvolvimento rural e segurança alimentar e nutricional no Brasil. Brasília: Ipea, 2023. ISBN: 978-65-5635-060-8. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-060-8>.

SANTOS, M. R. dos, & SILVA, J. C. de S. (2024). Agricultura orgânica: aspectos históricos, normativos e econômicos. *Diversitas Journal*, 9(2), 631–648.

SEBRAE, Passo A Passo Para Controle De Qualidade Orgânica – Sistema Participativo OCS e OPAC, Brasília: Sebrae, 2021. Disponível em: www.sebrae.com.br. Acesso em: Nov. 2024.

SEI. Perfil dos Territórios de Identidade / Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Salvador: SEI, 2018. 3 v. p.252 (Série territórios de identidade da Bahia, v. 3).ISBN 978-85-8121-017-9, disponível em: <https://www.sei.ba.gov.br/>. Acesso em out. 2024.

SENAI. Futuro dos alimentos Nestlé e Senai se juntam para investir 6 milhões em projetos de inovação. 2024. Disponível em : <https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/inovacao-e-tecnologia/futuro-dos-alimentos-nestle-e-senai-se-juntam-para-investir-r-6-milhoes-em-projetos-de-inovacao>. Acesso em out 2024.

SENAR. Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. Previdência Social e Senar nas operações do PAA e PNAE. Brasília, 2021.

SENAR. Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. Produção orgânica agropecuária: legislação e certificação. – Brasília: Senar, 2022.

Sociedade Nacional de Agricultores. Disponível em: <https://sna.agr.br/brasil-falta-de-dados-oficiais-sobre-producao-organica-afeta-pesquisas-e-investimentos>.

WILLER, H.; LERNOUD, J. (Eds.). The world of organic agriculture: statistics and emerging trends 2019. Frick: FiBL; Bonn: IFOAM – Organics Internacional, 2019.

WILLER, H.; LERNOUD, J. (Eds.). The world of organic agriculture: statistics and emerging trends 2024. Frick: FiBL; Bonn: IFOAM – Organics Internacional, 2024.

7. APÊNDICE

Diagnóstico socioeconômico dos produtores de orgânicos, Irecê-BA.

Local (região/unidade produtiva)

Sua resposta

Idade

Sua resposta

Sexo

☐ feminino

☐ masculino

Cor ou raça

☐ Branca

☐ Preta

☐ Amarela

☐ Parda

☐ Indígena

Tem filhos

☐ Sim

☐ Não

Quantos filhos?

Sua resposta

Nível de escolaridade

☐ fundamental I

☐ fundamental II

☐ ensino médio

☐ ensino superior completo

☐ ensino superior incompleto

☐ Pós graduação completa

☐ Pós graduação incompleta

Renda familiar (salário mínimo)

☐ menos de 1

☐ 1

☐ 2

☐ 3

☐ 4

☐ mais de 4.

Principais fontes de renda

☐ somente atividade agrícola

☐ atividade agrícola e outras fontes

Área produtiva

- ☐ produção vegetal
- ☐ produção animal
- ☐ produção vegetal/animal
- ☐ produção processada
- ☐ extrativismo sustentável
- ☐ Outro:
- Tamanho da propriedade (hectares)
- Sua resposta
- Tamanho da área cultivada
- Sua resposta
- Associação do produtor à cooperativa e/ou à entidade de classe
- ☐ É associado
- ☐ Cooperativa
- ☐ Entidade de classe/sindicato
- ☐ Associação/movimento de produtores
- ☐ Associação de moradores
- ☐ Não é associado
- Grupo ou Organização que participa:
- Sua resposta
- Mecanismo (s) de controle
- ☐ Venda direta
- ☐ Sistema Participativo de Garantia
- ☐ Certificação
- ☐ Outro:
- Condição do produtor em relação às terras
- ☐ Proprietário(a)
- ☐ Concessionário(a) ou assentado(a) aguardando titulação definitiva
- ☐ Arrendatário(a)
- ☐ Parceiro(a)
- ☐ Comodatário(a)
- ☐ Ocupante
- ☐ Outro:
- Tipologia: Agricultura Familiar
- ☐ sim
- ☐ não
- Qual a situação da propriedade em relação à produção orgânica?
- ☐ Toda a propriedade já é orgânica
- ☐ Há produção paralela (não orgânica e orgânica)
- A quanto tempo trabalha com produção orgânica
- Sua resposta
- Como irá promover a biodiversidade da propriedade?
- ☐ Cultivos consorciados
- ☐ Rotação de culturas
- ☐ Recuperação/enriquecimento de APPs
- ☐ Corredor ecológico ou cordão vegetativo permanente
- ☐ Manejo do mato e alternância de capinas

- ☐ Ausência de fogo
- ☐ Adubação verde
- ☐ Adubos orgânicos
- ☐ Diversificação da produção
- ☐ Plantio de flores e outros cultivos que atraem inimigos naturais
- ☐ Cultivos em aleias/faixas
- ☐ Quebra-ventos
- ☐ Sistemas agroflorestais
- ☐ Cobertura do solo
- ☐ Outro:

Que práticas são utilizadas para conservar seu solo?

- ☐ Faixas vegetativas
- ☐ Plantio em nível
- ☐ Terraceamento
- ☐ Plantio direto
- ☐ Outro:

Como você realiza o manejo do solo para melhorar a fertilidade?

- ☐ Calcário
- ☐ Fósforo natural
- ☐ Cobertura morta
- ☐ Cobertura viva
- ☐ Compostagem
- ☐ Adubação verde
- ☐ Biofertilizante
- ☐ Outro:

Quais os principais riscos de contaminação da sua produção orgânica?

- ☐ Cultivos transgênicos nos arredores
- ☐ Uso de insumos químicos proibidos
- ☐ Contaminação por pulverização de áreas vizinhas
- ☐ Contaminação dos cursos ou reservatórios de água
- ☐ Enxurrada
- ☐ Insumos externos contaminados
- ☐ Animais trazidos de fora da propriedade
- ☐ Outro:

Há mão de obra que não seja da família?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Outro:

Em caso positivo, qual a relação trabalhista?

- ☐ Trabalhador temporário
- ☐ Trabalhador permanente
- ☐ Parceria

Qual a fonte de água utilizada?

- ☐ Mina própria ou nascente ou olho d'água
- ☐ Cisterna
- ☐ Açude

- ☐ Mina fora da propriedade
- ☐ Rio ou riacho
- ☐ Canais coletivos de irrigação
- ☐ Água subterrânea
- ☐ Outro:

Há risco de contaminação para sua água?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Outro:

O que faz para garantir a qualidade da água?

- ☐ Mantenho nascente própria
- ☐ Mantenho a mata ciliar
- ☐ Faço análise de água
- ☐ Realizo o manejo das águas residuais da produção
- ☐ Oriento meus vizinhos para o cumprimento da legislação ambiental
- ☐ Outro:

Quais produtos vegetais você produz para o mercado orgânico?

- ☐ Hortaliças
- ☐ Plantas medicinais
- ☐ Frutas
- ☐ Outras culturas permanentes
- ☐ Grãos e outras culturas anuais
- ☐ Outro:

Cite alguns dos produtos produzidos na propriedade:

Sua resposta

Como controla pragas, doenças e plantas espontâneas?

Sua resposta

Quais os principais problemas enfrentados na produção de orgânicos?

Sua resposta

Trabalha com produtos que você processa?

- ☐ Sim
- ☐ Não

Quais são os produtos que você processa?

Sua resposta

Como você controla a qualidade do produto?

- ☐ Inspeção visual, de cheiro e sabor
- ☐ Exames laboratoriais.
- ☐ Outro:

Você executa alguma etapa do processamento fora da unidade de produção?

- ☐ Sim
- ☐ Não

Quais produtos você utiliza para limpeza dos equipamentos e instalações?

Sua resposta

Como é feito o controle de pragas nas instalações?

Sua resposta

No caso de processamento paralelo, como você faz para evitar a contaminação

por produtos não orgânicos?

Sua resposta

Como você faz o controle dos lotes produzidos para garantir a rastreabilidade?

☐ Data de fabricação

☐ Número do lote

☐ Outro:

Como você realiza o controle de entrada de matéria-prima e saída do produto final?

☐ Nota fiscal de compra

☐ Declaração de transação comercial

☐ Nota fiscal de venda

☐ Outro:

Quais os principais problemas enfrentados na produção de processados orgânicos?

Sua resposta